



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



RENAN PEREIRA DANTAS

**O BARÃO DO RIO BRANCO E O PODER NAVAL COMO INSTRUMENTO DA
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: REFLEXÕES NAVAIS**

Niterói
2021

RENAN PEREIRA DANTAS

**O BARÃO DO RIO BRANCO E O PODER NAVAL COMO INSTRUMENTO DA
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: REFLEXÕES NAVAIS**

Trabalho de conclusão de curso de MBA
apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos
da Universidade Federal Fluminense com
parceria ao Centro de Instrução Sylvio de
Camargo (Marinha do Brasil) como requisito
parcial para a obtenção do título de MBA em
Relações Internacionais.

Niterói
2021

**Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais
(Monografia)**

Título do Trabalho: O Barão do Rio Branco e o Poder Naval como instrumento da Política Externa Brasileira: reflexões navais.

Aluno: Renan Pereira Dantas

Avaliadores

Avaliador 01: Prof. Dr. Renato Petrocchi (orientador)

Avaliador 02: Prof. Dr. Bruno Pessoa Vilela (leitor)

Notas dos Avaliadores	
Nota 1	
Nota 2	

Ad maiorem Dei gloriam.

Ad Sancta Maria, mater Dei.

Ad Sancti Ioseph, Sancta Ecclesiae protector.

Ad amabilis familiae mea.

*Creator ineffabilis (...) Tu, inquam, qui verus fons
luminis et sapientiae diceris ac supereminens
principium, infundere digneris super intellectus
mei tenebras tuae radium claritatis, duplices, in
quibus natus sum, a me removens tenebras,
peccatum scilicet et ignorantiam (...) Tu, qui es
verus Deus et homo, qui vivis et regnas in
saecula saeculorum.*

Oratio Sancto Thomae Aquinatis ante studium.

Pela primeira vez, desde que o Império existe, achamo-nos assim, à mercê República Argentina¹, sem exército, sem esquadra e sem torpedos quando os nossos vizinhos têm tudo isso. Pensa-se no Brasil que cantando o Brava gente brasileira podemos vencer os argentinos. É uma ilusão, meu caro. Entendo que a nossa situação é gravíssima, e que se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência dos nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e humilhações... A nossa esquadra não faz evoluções, como nosso exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a fazer a guerra²

José Maria Paranhos da Silva Júnior

¹ Quando o excerto acima foi redigido, o Império do Brasil vivia sob a atmosfera de beligerância histórica com a República da Argentina, realçada pela disputa territorial da região de Palmas. A Argentina atravessava um período de prosperidade e fortalecimento do seu exército e da sua marinha, em contraposição ao Brasil cuja debilidade dos momentos derradeiros da monarquia ensejavam um deficitário aprestamento do exército e da marinha imperiais. Sobre o assunto, ver CERVO e BUENO (2011:180-183)

² Carta de Rio Branco a Joaquim Nabuco, de 29 de agosto de 1882. Arq. Joaquim Nabuco, apud Viana Filho (1959: 114), apud Alsina Junior (2015: 61, grifos meus).

RESUMO

A história da construção do Brasil enquanto nação é repleta de episódios nos quais o *Poder Naval* se constituiu como instrumento da *Política Externa*. Especificamente no início do século XX, período no qual ocorreram rápidas e significativas mudanças em diversas áreas do domínio humano, ascendeu ao *Ministério da Relações Exteriores* (MRE) o insigne José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco. O Barão, enquanto *Chanceler* do Brasil, soube pragmaticamente explorar as oportunidades do seu tempo, identificando como a *Política Externa Brasileira* (PEB) poderia utilizar a crescente belicosidade europeia, a mudança de postura política interna dos *Estados Unidos da América* (EUA) e sua crescente consolidação como grande fonte de poder no *sistema internacional*, bem como as inovações tecnológicas capazes de desbalancear o Poder Militar entre as nações, sobretudo relativas ao *Poder Naval*, que por natureza é intensivamente dependente inovação tecnológica. Foi nesse contexto que o Barão do Rio Branco se tornou um grande incentivador da potencialização do *Poder Naval Brasileiro* (PNB) baseado nos projetos navais dos Almirantes Julio de Noronha e Alexandrino de Alencar, os quais após sua implementação foram capitaneados pelos poderosos *Encouraçados São Paulo e Minas Geraes*, belonaves estratégicas dotadas de grande poder de fogo e capazes de desbalancear o *Poder Naval* favoravelmente ao Brasil na região do *Atlântico Sul*. À luz do passado, o Barão foi capaz de identificar que uma esquadra forte auferiria condições favoráveis para a construção e condução da PEB no subcontinente Sul-Americano, bem como seria capaz de projetar o Brasil como *player* de relativo peso no concerto das nações. Esse período da história brasileira protagonizado pelo Barão do Rio Branco, pode nos revelar algumas lições aplicáveis ao presente, período com algumas características semelhantes como a crescente belicosidade entre alguns atores do *sistema internacional*, a alteração do balanço de poder no concerto das nações com a ascensão de uma nova grande potência e sua acomodação sobre áreas de influência anteriormente dominadas por uma antiga potência hegemônica, bem como as rápidas mudanças de paradigmas tecnológicos, impactando estrategicamente na configuração dos *Poderes Navais*, lições que podem nos nortear quanto a uma instrumentalização eficiente do PNB em apoio a PEB.

Palavras-chave: Brasil, Barão do Rio Branco, Estudos Estratégicos, Encouraçado, Poder Naval, Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

The history of the construction of Brazil as a nation is full of episodes in which *Sea Power* was constituted as an instrument of Foreign Policy. Specifically, in the beginning of the 20th century, a period in which there were rapid and significant changes in several areas of the human domain, the distinguished *José Maria da Silva Paranhos Junior*, the Baron of Rio Branco, rose to the Ministry of Foreign Affairs. The Baron, as Chancellor of Brazil, knew how to pragmatically exploit the opportunities of his time, identifying how the Brazilian Foreign Policy (BFP) could use the growing European bellicosity, the change in the internal political posture of the United States of America (USA) and its growing consolidation as a great source of power in the international system, as well as technological innovations capable of unbalancing *Military Power* among nations, especially related to *Sea Power*, which by nature is intensively dependent on technological innovation. It was in this context that the Baron of Rio Branco became a great supporter of the strengthening of the Brazilian *Sea Power* (BSP) based on the naval projects of Admirals *Julio de Noronha* and *Alexandrino de Alencar*, who after their implementation were captained by the powerful *Dreadnoughts São Paulo* and *Minas Gerais*, strategic warships endowed with great firepower and capable of unbalancing the Naval Power favorably to Brazil in the South Atlantic region. Based on Brazilian history, the Baron was able to identify that a strong fleet would have favorable conditions for construction and leading the BFP in the South American subcontinent, as well as being able to lift Brazil as a player of relative weight in the concert of nations. This period of Brazilian history, led by the Baron of Rio Branco, may reveal some lessons applicable to the present, a period with some similar characteristics such as the growing bellicosity among some players of international system, the change in the balance of power in the concert of nations with the rise of a new great power and its accommodation among areas of influence previously dominated by an old hegemonic power, as well as the rapid changes in technological paradigms, strategically impacting the setup of the Naval Powers, lessons which can guide us in terms of an efficient instrumentalization of the BSP in supporting the BFP.

Keywords: Brazil, Baron do Rio Branco, Dreadnought, Strategic Studies, Sea Power, Brazilian Foreign Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – O Barão do Rio Branco representado pelo jornal O Malho	23
Figura 2 – SisGAAz	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFN – Corpo de Fuzileiros Navais

CLPC – Comissão de Limites da Plataforma Continental

CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

END – Estratégia Nacional de Defesa

GAE – Grupo Aéreo Embarcado

GptOpFuzNav – Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NAM – Navio Aeródromo Multipropósito

NDM – Navio Doca Multipropósito

NPM – Navios de Propósitos Múltiplos

PEP – Política Externa Portuguesa

PROSUL – Fórum para o progresso e desenvolvimento da América do Sul

PEB – Política Externa Brasileira

PNB – Poder Naval Brasileiro

PNM – Programa Nuclear da Marinha

PNP – Poder Naval Português

PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos

SisGAAz – Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

UNIFIL – Força Interina das Nações Unidas no Líbano

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. RIO BRANCO E A REALPOLITIK À BRASILEIRA	17
1.1 – O contexto do mundo e do Brasil do Barão do Rio Branco	18
1.2 – O Barão do Rio Branco e o Poder Militar	20
CAPÍTULO 2. RIO BRANCO E A POTENCIALIZAÇÃO DO PNB	23
2.1 – O programa naval de Júlio de Noronha	27
2.2 – O programa naval de Alexandrino de Alencar	31
2.3 O projeto da esquadra de 1910 e seus desdobramentos na prática	34
2.4 A real influência do Barão do Rio Branco sobre a esquadra de 1910	36
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

O que seria o Brasil, senão um desdobramento direto do Poder Naval e da Política Externa de Portugal? Por mais óbvia que pareça a resposta para essa reflexão, não é comum elencarmos a simbiose entre a inovação tecnológica naval auferida pela *dinastia de Avis* com o estabelecimento da *Escola de Sagres*, no século XV, o esforço para a projeção política de Portugal sobre o globo, bem como as consequências que esta perfeita harmonia entre o *Poder Naval Português* (PNP) e a *Política Externa Portuguesa* (PEP) geraram para o mundo:³

A característica principal da história da sociedade humana antes do descobrimento dos Portugueses e dos Espanhóis era a dispersão e o isolamento de várias sociedades humanas (...) Foram os exploradores portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram, para o melhor e para o pior, os ramos separados e distantes da grande família humana. (BOXER, 1981, p. 25).

O embrionário Brasil é originário da ordem mundial estabelecida pelas nações ibéricas, e durante todo nosso passado colonial, estiveram intrinsecamente atuantes o PNP e a PEP, fato ressaltado por episódios da história colonial brasileira, sobretudo nos embates envolvendo as *invasões francesas e holandesas* em nosso litoral. Herdamos essa simbiose e através dela a excepcionalidade histórica brasileira foi marcada com a transferência da família real portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, estabelecendo-se aqui em 1808. As consequências dessa excepcionalidade histórica nos levaram a um processo de independência monárquico, garantido sobretudo pela nascente marinha imperial brasileira, a qual coube a tarefa de combater as belonaves portuguesas contrárias ao movimento independentista, perseguindo-as até a foz do Rio Tejo.⁴

É dessa tradição histórica e social que nasce uma Nação, o Império do Brasil, marcado pela tradição monárquica, marcado pela tradição naval, marcado pela consciência da importância do mar para a segurança e para a prosperidade nacional, consciência essa que, entre altos e baixos, estaria presente na agenda e nas ações de alguns dos maiores estadistas brasileiros nas décadas vindouras, dentre eles os proeminentes *Paulino José Soares de Souza* – o Visconde do Uruguai – e *José Maria da Silva Paranhos* – o Visconde do Rio Branco. Ambos se consagraram como grandes pensadores e construtores do Brasil Nação, dentre aqueles que ocuparam o cargo de *Ministro dos Negócios Estrangeiros*⁵, sendo o último, pai e homônimo de Barão do Rio

³ Sobre o assunto, ver MARTINS (1882: T.1, 161-176).

⁴ Sobre o assunto, ver BRASIL (2006: 75-78).

⁵ Sobre o assunto, ver CERVO e BUENO (2011).

Branco, sujeito principal deste trabalho e o derradeiro dentre os grandes estadistas brasileiros a carregar consigo a mentalidade naval durante período histórico abrangido neste estudo.

Após a consolidação da independência brasileira o *Poder Naval Brasileiro* (PNB) e a *Política Externa Brasileira* (PEB) atuaram em sincronia já na primeira década da recém-formada Nação, no contexto da *Guerra Cisplatina* (1825-1888), conflito que envolvia a disputa pela posse territorial da banda oriental do Rio Uruguai entre o Brasil e a Argentina, que dentre outras causas secundárias, protagonizava-se sobretudo, por parte Desta, a ambição de reconsolidar o antigo *Vice-Reino do Prata* sob sua tutela e por parte Daquele, a garantia de seu livre acesso à navegação nos Rios Paraná e Paraguai. O conflito teve desfecho desfavorável para ambos com a criação de um *buffer state*, sob adjudicação inglesa, que veio a ser chamado de República Oriental do Uruguai⁶, contudo há de se ressaltar a importância da participação da Marinha Imperial para o desfecho político supracitado, como descreve o Barão de Jaceguai:

Esse Poder Naval assegurou-lhe o domínio do mar na guerra que o Império teve que sustentar de 1825 a 1828 contra a Argentina. Não fora a preponderância marítima do Brasil, e o resultado daquela guerra, ineptamente conduzida por terra pelo Governo Imperial, não teria sido a independência da Banda Oriental do Uruguai, e sim a sua incorporação à grande federação platina de origem espanhola. (MOTTA, 1985: 670 apud ALSINA JUNIOR, 2015:40)⁷

Apesar da independência do Uruguai, o país passou a ser um satélite político cuja gravitação era disputada pelos dois astros maiores do subcontinente Sul-Americano – Argentina e Brasil –, refletindo o complexo retalho político que envolviam questões internas dos dois países, pretensões antagônicas de projeção política sobre a região, além de contenciosos territoriais e características próprias da região como o *caudilhismo*⁸. É nesse ambiente que emerge uma das grandes influências do Barão do Rio Branco, o Visconde do Uruguai. O Visconde foi o responsável pela criação de um paradigma para a PEB imperial, passando a utilizar-se de todos os recursos diplomáticos possíveis para manter para a região do estuário do Prata favorável ao Império, inclusive

⁶ RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **História do Brasil nação: 1808-2010, Vol. 1, crise colonial e independência 1808-1830**. Rio de Janeiro: Mapfre e Ed. Objetiva, 2011.1

⁷ MOTTA, Arthur Silveira da. **De aspirante a almirante: minha fé de ofício documentada**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

⁸ Sobre o assunto, ver CERVO e BUENO (2011:117-138).

aproximando as ações do Exército e da Marinha para melhor suporte da política externa levada a cabo pelo seu ministério.⁹

O Visconde do Uruguai, na paradoxal questão envolvendo a livre navegação na bacia do Amazonas – demandada por Estados Unidos, França e Inglaterra – e a livre navegação da bacia do Prata – vital para o acesso à região central do território brasileiro (*Mato Grosso*) – mostra-se um estadista de arguta percepção de suas reais possibilidades de atuação e métodos disponíveis para tal:

O que a literatura deixa claro são o realismo e o pragmatismo dos formuladores da política externa do Segundo Reinado. As pressões exercidas pelo Brasil sobre os Estados Platinos, inclusive por meio do uso e ameaça do uso da força, são prova eloquente de que o problema da navegação fluvial era encarado não com base em um principismo jurisdicista *à outrance*, mas a partir de uma análise fria da correlação de poder prevalecente em cada cenário. Logo, à pressão das grandes potências, correspondeu uma resposta amparada em argumentos jurídicos – tendo em conta não ser variável contemplar respostas de outra natureza. (ALSINA JUNIOR, 2015: 50).

Dentre os realistas e pragmáticos formuladores da política externa do Segundo Reinado considerados no excerto acima, encontra-se o Visconde do Rio Branco, que foi Ministro da Marinha e em seguida assumiu o posto de Chanceler durante boa parte do período em que ocorreu a Guerra do Paraguai, conflito no qual a Marinha Imperial desempenhou importante papel estratégico para seus desdobramentos:

As Forças Navais brasileiras tiveram papel importante e imprescindível no desenvolvimento estratégico e tático da campanha. Destruíram os oponentes que poderiam dificultar ou impedir o domínio fluvial. Hostilizaram o flanco do Exército inimigo que avançava, imobilizando-o, quando foi necessário. Enfrentaram as baterias instaladas nas margens dos rios, o estaqueamento no leito e as correntes que se opunham aos movimentos de seus navios, as agressões das abordagens e dos “torpedos”. Cooperaram na progressão das forças terrestres, transportando-as, apoiando-as nos desembarques, enfraquecendo os redutos fortificados que por elas foram sendo e neutralizados e ocupados, realizando ação conjunta que garantiu o êxito das operações. (MARTINS, 2017:149)

Foi valendo-se do saldo desproporcional de poder empenhado e demonstrados pela Exército e pela Marinha, no conflito supracitado, que posteriormente o Visconde do Rio Branco, já ocupando o cargo de *Presidente do Conselho de Ministros*, optou por negociar diretamente com o Paraguai os limites territoriais do pós-guerra, frustrando ambições argentinas de anexação dos Chacos ao seu território, além de ter sido grande incentivador da modernização da esquadra, que saíra desgastada da guerra.¹⁰

O Barão do Rio Branco cresceu em meio aos bastidores do poder, não somente isso, teve a oportunidade de viver entre grandes estadistas, aqueles que foram os

⁹ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2015: 44)

¹⁰ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2015:48-60)

reesposáveis pela construção do tempo áureo do Império: *o tempo saquarema*. Exatamente por essas contingências de vida, Juca Paranhos, será também um dos grandes representantes da célebre geração de 1870 que, dentre diferentes matizes do espectro político, gerou grandes nomes como Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Rui Barbosa *etc.* Contudo, o Barão do Rio Branco, foi algo como um elemento *sui generis* dessa geração que se contrapunha, ainda que em boa parte moderadamente, ao eixo central do que caracterizava *o tempo saquarema* – *monarquia, unitarismo e escravidão* –, dessa maneira, enquanto boa parte dessa geração defendia a instauração de um regime republicano ou de uma monarquia constitucional federalista, o Barão era defensor primaz da monarquia unitária, parcialmente no contra fluxo de sua geração, todavia compartilhava outros traços como o *abolicionismo*, gradualista no seu caso, a influência de mudanças tecnológicas da época, sobretudo a imprensa, além da internalização de correntes de pensamento que influenciaram sua geração, entre elas o *positivismo*, o *darwinismo*, a transição do *romantismo* literário para o *realismo*, tão marcado nas obras de Machado de Assis, e sobretudo o traço da intelectualidade política. Dessa forma, a forja de Juca Paranhos, deu-se de maneira dual, herdando o conservadorismo e o pragmatismo dos *saquaremas*, bem como a intelectualidade e o espírito reformador da geração de 1870. Não seria audacioso conjecturar que provavelmente tenha sido essa temperança um dos fatores mais relevantes a fazerem dele, em aspectos gerais, o grande expoente político de sua geração, ainda que ao lado de outros gigantes. O Barão do Rio Branco foi um daqueles espécimes raros na política brasileira, espécimes que são intelectuais, mas não ao ponto de tornarem-se frios *racionalistas*, espécimes que são dotados de grande *pragmatismo*, mas não ao ponto de tornarem-se seres sem visão e descortino. São esses espécimes de seres políticos que reúnem o tênue equilíbrio em si, são eles que são capazes de criar paradigmas que constroem uma nova realidade sobre a geração anterior e fazer dela um exemplo a ser seguido por muitas outras gerações futuras.¹¹

Ademais, ressalta-se a influência do pensamento geopolítico marítimo de Alfred Mahan sobre alguns dos expoentes daquela geração, *a posteriori*, já na década de 1890, quando alguns exerciam cargos relevantes na burocracia estatal. O pensamento de Mahan sobre o Poder Naval refletiu as experiências navais históricas sobre um presente em que a revolução industrial alterava sobremaneira o paradigma da guerra naval da era

¹¹ SANTOS, Luiz Claudio Villafañe G. O Barão do Rio Branco e a geração de 1870. In: PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012.

da vela para a era dos encouraçados dotados de grande poder de fogo. O Oficial da Marinha estadunidense racionalizou seis elementos que influenciariam a conformação adequada do Poder Naval de determinada Nação relacionando as suas características: (1) posição geográfica, (2) conformidade física, (3) extensão territorial, (4) quantidade populacional, (5) características do seu povo, e (6) características do seu governo¹². Dessa forma, desenvolveu-se uma doutrina, a qual fez prevalecer o Poder Naval para a garantia da segurança dos Estados Unidos da América através da expansão do perímetro de defesa para o alto mar e regiões insulares afastadas, resguardando o território continental com uma forte esquadra dotada de grande poder de fogo e capaz de engajar o inimigo decisivamente de maneira antecipada. Sobre o papel do governo na construção desse tipo de Poder Naval, explica autor:

A questão é eminentemente aquela em **que a influência do governo deve fazer-se sentir, a fim de construir, para a nação, uma marinha que, senão capaz de alcançar países distantes, que ao menos esteja habilitada a manter o controle da aproximação de outras ao seu próprio território.** (...) talvez seja mais seguro dizer que, é essencial para a prosperidade de todo o país, a manutenção, ao máximo possível, das condições de cambio e comércio, de maneira que não sejam afetadas por uma guerra externa. **Para tal, o inimigo deve ser mantido não apenas fora dos nossos portos, e sim muito distante de nossas costas.**¹³ (MAHAN, 1965:87, tradução nossa, grifo nosso)¹⁴

É inspirado pela repercussão dessas ideias, difundidas rapidamente naquela década e aliadas à tradição naval brasileira do século XIX, que Rui Barbosa traduzirá com eloquência de palavras a visão e o sentimento que animavam aqueles insígnis homens de sua geração dotados de profunda mentalidade marítima:

Os povos são e fortes, as nações másculas e livres amam nas suas esquadras a imagem da sua própria existência. As raças decadentes e sem futuro vão-nas as esquecendo, e deixam-se entorpecer à beira do oceano, sonolentas e indefesas. Ha um paralelismo eloquente entre a historia das deslocações da suprema marítima e a das culminações do progresso. “O poder naval é a florescência da civilização. “ Ele foi em todos os tempos, o prêmio das grandes famílias humanas, onde se enraíza a pratica da liberdade bem entendida. Aquelas a quem a opressão curva o dorso submisso para o solo à

¹² Sobre o assunto, ver MAHAN (1965:25-69).

¹³ The question is eminently one in which the influence of the government should make itself felt, to build up for, the nation a navy which, if not capable of reaching distant countries, shall at least be able to keep clear the chief approaches to its own. (...) it may safely be said that it is essential to the welfare of the whole country that the conditions of trade and commerce should remain, as far as possible, unaffected by an external war. In order to do this, the enemy must be kept not only out of ports, but far away from our coasts.

¹⁴ Ressalta-se que, no caso brasileiro, um ponto coincidente com a doutrina de Mahan era a expansão de expandir o cordão de segurança além da costa brasileira, ou seja, levá-lo para o alto mar, tal fato demandaria uma esquadra capaz de lutar batalhas decisivas, contudo, um aspecto muito importante a ser diferenciado do ponto de vista brasileiro e do norte-americano é a não necessidade brasileira de expansão territorial para satisfazer essa condição.

beira do pélago indômito, não merecem nem sustentam a situação, com que a natureza as prendou entre as outras. O oceano impõe deveres. O mar é uma escola de resistência. Às suas margens os invertebrados e os amorfos rolam nas ondas, e somem-se no lodo, enquanto os organismos poderosos endurecem às tempestades, levantam-se eretos nas rochas e criam, ao ambiente puro das vagas imensas, a medula dos imortais.¹⁵ (BARBOSA, 1896: 207).

Destarte, é entre 1902 e 1912, que envolto por essa visão e sentimento, os quais compartilhava com Rui Barbosa, que o Barão do Rio Branco buscou fazer os destinos do PNB e da PEB convergirem mais uma vez na história brasileira, agora com o grande empenho dos Almirantes Júlio de Noronha e Alexandrino de Alencar, fazendo reverberar sinergicamente sua mentalidade marítima, realismo, pragmatismo e descortino em prol da segurança e prosperidade brasileira durante essa década.

Expostos os condicionantes que forjaram a personalidade do Barão do Rio Branco, agora apontaremos aspectos do presente trabalho que tem por objetivo geral identificar e analisar os fatores que motivaram o esforço conjunto entre o Ministério da Marinha e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) para a potencialização do Poder Naval no início do século XX, bem como extrair lições que possam ser observadas pela Marinha do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores no contexto do século XXI. O estudo será uma pesquisa exploratória e utilizará levantamentos bibliográficos, bem como a análise de documentos com a finalidade de estudar a congruência entre a Política Externa Brasileira do Barão do Rio Branco e a potencialização do Poder Naval Brasileiro no início do século XX, e por fim, concluir sobre potenciais lições que poderiam ser aplicadas no presente século a partir daquela experiência histórica. A metodologia e a técnica de coleta de dados estarão também associadas com a pesquisa documental e bibliográfica, empregando-se a técnica qualitativa de análise de dados. O índice de trabalho a ser seguido será:

Introdução: neste capítulo introdutório foi contextualizado o espectro geral deste trabalho que versa sobre a interdependência entre o Poder Naval Brasileiro (PNB), *stricto senso*, e a Política Externa Brasileira (PEB), *stricto senso*, utilizando-se inicialmente de fatos na construção histórica do Brasil, nos quais o PNB esteve agindo em consonância com a PEB para projeção política brasileira no exterior. Outrossim, nesse capítulo introdutório, foram citados pensadores do Poder Naval, *lato sensu*, bem

¹⁵ O texto original encontra-se com normas gramaticais antigas, a conformação às novas regras gramaticais foi de nossa redação.

como do campo diplomático, lato sensu, a fim de caracterizar a interdependência entre ambos para países insulares ou com grande extensão litorânea.

Capítulo 1 – Rio Branco e a *realpolitik* à brasileira: Neste capítulo, pretende-se contextualizar a escola de pensamento do Barão do Rio Branco a ser implementada durante a primeira década do século XX. O capítulo será dividido em dois subcapítulos: **1.1 – O contexto do mundo e do Brasil do Barão do Rio Branco:** Neste subcapítulo, prevê-se a apresentação do contexto específico do mundo e do Brasil nos quais o Barão do Rio Branco exerceu o cargo de Chanceler, bem como este contexto exerceu grande influência nas suas condutas a frente do MRE, largamente pautada na linha de pensamento pragmática. **1.2 – O Barão do Rio Branco e o Poder Militar:** Neste subcapítulo, prevê-se a apresentação da relação do Barão do Rio Branco com as FFAA, bem como aquele pensava o emprego do Poder Militar em suporte aos objetivos da PEB.

Capítulo 2 – Rio Branco e a potencialização do PNB: Neste capítulo, buscar-se-á delimitar o escopo de análise da atuação do Barão do Rio Branco somente relacionado ao PNB, sobretudo, na apoio à iniciativa de potencialização da esquadra brasileira com o incremento de encouraçados, contratorpedeiros e submarinos, elevando o PNB ao grau de proeminência na região do atlântico sul. O capítulo será dividido em dois subcapítulos: **2.1 – O programa naval de Júlio de Noronha:** Neste subcapítulo, serão abordadas as questões relativas ao programa naval capitaneado pelo Almirante Júlio de Noronha e reflexões sobre os assuntos que o envolveram. **2.2 – O programa naval de Alexandrino de Alencar:** Neste subcapítulo, serão abordadas as questões relativas ao programa naval capitaneado pelo Almirante Alexandrino de Alencar, alterando o projeto anterior do Almirante Júlio de Noronha. **2.3 – O projeto da esquadra de 1910 e seus desdobramentos na prática:** Neste subcapítulo, pretende-se abordar aquilo que era esperado pelo projeto da esquadra de 1910 e seus desdobramentos na prática, analisados pelo espectro das questões técnicas, sobretudo após a ocorrência da *revolta da chibata*.

2.4 A real influência do Barão do Rio Branco sobre a esquadra de 1910: Neste subitem que encerra o capítulo 2, pretende-se apresentar a verdadeira influência que o Barão do Rio Branco possuiu no advento da esquadra de 1910, não somente com relação a sua influência política para a aquisição dos meios navais, mas também com relação as suas preferências quanto aos tipos de embarcações e métodos de aquisição.

. **Conclusão:** Para a conclusão, serão sintetizados os dados apresentados nos capítulos anteriores, bem como suas respectivas análises a fim de melhor caracterizar a validade da relação entre o PNB e a PEB à luz da história brasileira, especificamente durante a gestão do Barão do Rio Branco no MRE, bem como essa relação pode se tornar uma referência quando comparada à sinergia existente entre o Ministérios da Relações Exteriores e o Ministério da Defesa atualmente. O foco dessa síntese será relacionado à capacidade do PNB fazer-se instrumento da PEB.

CAPÍTULO 1. RIO BRANCO E A *REALPOLITIK* À BRASILEIRA

O Barão do Rio Branco fora forjado aos moldes da *realpolitik*¹⁶ brasileira, segundo a escola de pensamento *saquarema*, dessa forma, apesar de sua imagem ter sido arrastada aos dias atuais como a de um intelectualista cujos grandes louros de seu legado foram lastreados exclusivamente em argumentos jurídicos, perspicácia e habilidade política, não se deve negligenciar a grande importância e a centralidade com que os lastros de *forças reais* eram, não só percebidos com arguta atenção por Paranhos Jr., bem como denotavam valioso instrumento a serem explorados tacitamente nas mesas de negociação para que se firmasse qualquer acordo ou tratado.¹⁷ Esse comportamento, reflete uma indagação primária: qual é o lastro real de poder que prevalece em última instância?

Podemos chamar de força potencial o conjunto de recursos materiais, morais e humanos que cada unidade dispõe teoricamente; e de *força real* a parte desses recursos efetivamente utilizada para a condução da política externa, durante a guerra ou em tempos de paz. Na guerra, a *força real* se aproxima da força militar (sem que os dois conceitos possam ser confundidos inteiramente, porque o curso das operações é determinado em parte por modalidades não-militares de luta). **Em tempos de paz a *força real*, distingue-se da *força militar* porque as divisões do exército, as frotas navais e os esquadrões aéreos em existência, mas que por qualquer motivo não são empregados, constituem um dos instrumentos à serviço da política externa.** (ARON, 2002:101, grifo nosso)

No plano empírico, constata-se que Rio-Branco desde muito cedo deu-se conta das enormes carências militares do Brasil. Não é por outro motivo que, em 31 de agosto de 1903, durante as negociações com a Bolívia, encaminhou ofício reservado ao ministro da Marinha, almirante Júlio César de Noronha, sugerindo a aquisição de um cruzador da classe Amalfi 646 italiana de 9.800 toneladas e de seis torpedeiros-destroyers de 450 toneladas que a Argentina mandara construir e das quais deveria se desfazer no contexto de seu acordo de limitação de armamento naval com o Chile, assinado no ano anterior. (ALSINA JÚNIOR, 2014:196)

Nesse sentido, ao compararmos as ações do Barão do Rio Branco imediatamente após o desfecho da questão envolvendo o Acre, diante das limitações que enfrentou para o emprego das FFAA, principalmente a Marinha, como instrumento da Política Externa, com a visão do *realista* Raymon Aron conforme o excerto acima, pode-se perceber a centralidade com a qual era percebida a necessidade da manutenção de FFAA aprestadas, tanto para a segurança nacional quanto para sua utilização como lastro de força real para consecução da PEB.

¹⁶ Escola de pensamento de política externa conduzido por Otto Von Bismark sobre a Alemanha durante os dois decênios que se seguiram após a unificação do país em 1871

¹⁷ Sobre o assunto, ver ALSINA JÚNIOR (2014: 146-148).

1.1 O contexto do mundo e do Brasil do Barão do Rio Branco

Paranhos Jr. ascendeu ao posto de Ministro das Relações Exteriores em 1902 e permaneceu como chanceler até 1912, um decênio marcado por grandes transformações no cenário internacional e nacional.

No cenário internacional, o mundo passava por transformações políticas, econômicas e tecnológicas profundas¹⁸: apesar desse decênio estar incluído no período histórico conhecido como *belle époque*, foi marcado pela momentos finais do esplendor europeu, o contrário que a expressão francesa poderia sugerir, posto que a pujança econômica e industrial dos EUA já dava mostras que aquele século poderia não ser protagonizado por um potência não europeia; a França vivia um período de decadência política que tentava ser mascarada através do campo cultural; a Alemanha consolidava-se cada vez mais e belicosamente como grande potência terrestre da Europa orientada pela *weltpolitik*; a Inglaterra ainda era soberana dos mares, contudo via-se cada vez mais desafiada pela expansão naval americana e japonesa, pelo desenvolvimento naval alemão, além de assistir a vitória emblemática de um país asiático sobre uma potência do concerto europeu, grafado nos anais da história pela *batalha naval de Tsushima*¹⁹.

No campo político, as regras do *ordem mundial* ainda eram ditadas mormente pelas potências europeias, contudo, a revolução francesa e o século XIX arrastaram consigo inúmeras questões políticas que transformariam a própria Europa em terreno instável politicamente, fazendo, pois, surgir muitas correntes ideológicas amparadas em silogismos científicos e filosóficos questionáveis, as quais gestaram silenciosamente doutrinas deterministas a fim de amparar o imperialismo e a subjugação dos povos colonizados pelas potências europeias.

No campo econômico, o segundo ciclo da revolução industrial começava a ser liderado pelos EUA, país que já ensejava grande prosperidade para o século XX²⁰. As grandes reservas petrolíferas daquele país favoreceram o desenvolvimento de uma nova indústria baseada nessa matriz energética, fato que aliado ao grande incentivo à imigração permitiu o crescimento de sua população, conseqüentemente do aumento

¹⁸ Sobre o assunto, ver KISSINGER (2014: 76-82, 180-188, 247-256).

¹⁹ Sobre o assunto, ver CARMO (2020)

²⁰ “Em 1870, o PIB norte-americano era de 98.374 bilhões de dólares (constantes de 1990) enquanto o do Reino Unido alcançava 100.179. Em 1913, o PIB dos Estados Unidos já somava 517.383 e o do Reino Unido apenas 224.618 (MADDISON, 2001:184 apud ALSINA JUNIOR, 2014:60). MADDISON, Angus. *The World Economy: a Millennial Perspective*. Paris: OECD, 2001. p.184

significativo do mercado consumidor interno, este que cresceria ainda mais nas décadas vindouras. Dentre as potências europeias, a Alemanha era a que mais se destacava no campo econômico, acentuando sua industrialização muito rapidamente após a unificação. Na Inglaterra, chegava ao fim a *era vitoriana* e o esplendor desfrutado por ter sido a grande potência mercantil-industrial hegemônica do século XIX.

No campo tecnológico, a transição gradativa da matriz energética do carvão para o petróleo e o aperfeiçoamento da indústria metalúrgica permitiu o surgimento de uma nova classe de navios, os encouraçados, que cada vez mais passariam a ter mais autonomia, possuir maior poder de fogo, a serem mais velozes e com melhor proteção de couraça, até o surgimento do paradigmático *HMS Dreadnought*, isso pelo prisma bélico, pelo prisma mercantil, a indústria naval produziria os grandes navios de cruzeiro que permitiriam o trânsito cada vez maior de pessoas, fazendo do mar um meio acessível para a ligação entre os povos de distintas nacionalidades. Além disso, o aperfeiçoamento das comunicações através do telegrafo e a difusão, como nunca vista antes, das informações pelo advento da imprensa de massa (jornais, revistas e periódicos) contribuíram para estreitar cada vez mais as distâncias culturais entre os núcleos intelectuais dos países.

No cenário nacional, o Brasil passava por um período de grande instabilidade marcado pela mudança de um regime monárquico para um regime republicano sem participação popular, um período de beligerância entre a Marinha e o Exército, um período de forte instabilidade econômica e, portanto, de incipiente desenvolvimento tecnológico.

No campo político, o jovem Brasil republicano deixava para trás o período conhecido como a *república da espada* que trouxe consigo o infame período de beligerância entre a Marinha e o Exército – *revolta da armada*²¹ –, no qual as principais lideranças da Marinha foram eliminadas pelo Exército, bem como a esquadra brasileira foi radicalmente afetada pelos embates ocorridos neste episódio. Com o desgaste político dos militares, as lideranças civis passaram a controlar o poder republicano, sobretudo respaldados pela elite econômica paulista, bem como por uma espécie de caudilhismo *à brasileira* denotado pelo poder exercido, no interior, através dos coronéis da guarda-nacional.²²

²¹ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014:114-115).

²² Sobre o assunto, ver FAUSTO (1995:245-273).

No campo econômico, o país atravessava uma grave crise monetária que primeiramente buscou ser solucionada com a emissão de moeda (*encilhamento*) capitaneado por Rui Barbosa – Ministro da Fazenda à época –, política monetária que não rendeu frutos positivos para o equilíbrio fiscal para o Brasil a partir do governo de Deodoro da Fonseca (1889-1891), problema que somente seria temporariamente solucionado a partir do governo de Campos Sales (1898-1902) com as condutas *metalistas*²³ de Joaquim Murinho, as quais balizaram o *funding loan*, prática de renegociação da dívida externa que foi repetida por diversas vezes durante o primeiro decênio do século XX.

Nesse sentido, pode-se dizer que o Barão do Rio Branco, perceberá, com descortino, o contexto em que exercia o cargo de chanceler brasileiro. Por um lado, compreendendo que o mundo dava indícios de que poderia ocorrer um pivô americanista no balanço de poder internacional e que, pelo outro, no âmbito interno, o desgaste autofágico entre Marinha e Exército deflagrado no decênio anterior, bem como a exacerbada politização das FFAA, no mesmo período, que trariam consigo fragilidades para execução da PEB que aquele estadista desejava implementar. Consideremos, portanto, as linhas mestres da ação de Paranhos Jr. à frente do MRE:

As grandes linhas da política externa do patrono da diplomacia brasileira foram: a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração do prestígio internacional do país, intangibilidade de sua soberania, defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros. (CERVO e BUENO, 2011:191).

1.2 O Barão do Rio Branco e o Poder Militar

O Barão do Rio Branco sofreu influência do militarismo dentro da própria família, posto que seu pai, o Visconde do Rio Branco, fora oficial do exército antes de entrar na vida política. Além disso, tendo frequentado os bastidores do poder do Império, teve contato com insígnies personagens da Marinha e do Exército do seu tempo. Paranhos Jr. foi também entusiasta dos estudos da história militar, inclusive aventurava-se a escrever artigos sobre temas castrenses. Como não poderia deixar de ser, para uma estadista do início do século XX, o poder militar e o recurso à guerra eram instrumentos sempre plausíveis de aplicação como meio para a consecução dos

²³ Naquela época, o lastro financeiro internacionalmente aceito era o ouro, esse foi o motivo do surgimento do termo *metalista* em contraposição aos *papelistas*, termos que serviam para diferenciar duas escolas de pensamento econômicos que, em que pese as diferenças, estão presentes até hoje em termos de filosofia econômica. Os *metalistas* eram os adeptos da austeridade fiscal em contraposição aos *papelistas* que aprovavam a emissão de moeda sem lastro de ouro por tempo limitado para impulsionar a economia

objetivos nacionais de cada Nação, contudo, o espectro de exploração desse recurso poderia ser desde o emprego político, como a ameaça ao uso da força – *e.g. gunboat diplomacy* –, até o emprego efetivo do instrumento da guerra para atingir um objetivo nacional – *e.g. guerra hispano-americana*. É através desse prisma que, apesar de preferir sempre a utilização de alternativas pacíficas para os fins da PEB, o Barão do Rio Branco foi um grande fiador da recomposição o Poder Militar brasileiro, bem como do resgate do caráter técnico de membros das FFAA.²⁴

Foi durante a gestão do Barão do Rio Branco buscou-se a modernização doutrinária do Exército com o envio de oficiais à Alemanha para um intercâmbio com o Exército do país teutônico, considerado melhor exército do mundo à época. Esses oficiais ficaram conhecidos como os *jovens turcos*²⁵. Estes oficiais, mais tarde com a abertura da Escola do Realengo²⁶, foram responsáveis por resgatar gradativamente o caráter majoritariamente técnico da Força Terrestre brasileira.

Outra influência do Barão do Rio Branco sobre o Poder Militar foi a aquisição da *esquadra de 1910*: composta por contratorpedeiros, submarinos e dos navios mais poderosos da época: os encouraçados classe *dreadnought*, dotados de grande poder de fogo, aqui materializados pelos *Encouraçados Minas Gerais e São Paulo*. O grande estrategista naval Armando Amorim Ferreira Vidigal ressalta a importância de Paranhos Jr. na renovação da frota naval:

Depois de um longo período sem que se investisse na renovação da frota naval (...) o Plano Naval de 1904, do Almirante Júlio de Noronha, foi aprovado e foram alocadas as verbas para a sua implantação. Isto se devia à melhoria das condições financeiras do País (o Compromisso de Taubaté relativamente ao café e a exploração da borracha natural na Amazônia para atender à demanda criada pela jovem indústria automobilísticas) mas, também, ao **apoio do Barão do Rio Branco, chanceler no período de 1902 a 1912, que, com sua visão esclarecida, defendia a importância do Poder Naval consentâneo com as suas aspirações, um verdadeiro instrumento de apoio à política externa do País.** (VIDIGAL, 2018:281, grifo nosso).

A marcante característica castrense de Paranhos Jr., em que pese o caráter pacífico com que conduziu as grandes questões diplomáticas em que esteve diretamente envolvido, fez com que fosse retratado, pela imprensa da época, como uma espécie de *Bismark* brasileiro, conhecedor da história militar e de suas possibilidades o porvir, sobretudo que o Poder Naval poderia lhe conferir nos objetivos estabelecidos pela sua PEB. Assim, fica patente a coerência entre as reflexões do Almirante Vidigal acerca do

²⁴ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014:182-187).

²⁵ Sobre o assunto, ver CARVALHO (2005:27-28).

²⁶ Embrião do que posteriormente passaria a ser a Academia Militar das Agulhas Negras.

Emprego Político do Poder Militar no excerto abaixo e a charge abaixo da revista *O Malho* em 1908:

O Poder Militar, desde a antiguidade foi empregado com propósitos políticos. A frota ateniense, nos tempos de Temístocles, representava mais um instrumento da política da cidade-estado do que uma resposta às ameaças externas perceptíveis. A diplomacia da canhoneira²⁷ tão comum no século XIX, tornou-se uma marca característica da era do imperialismo, e é uma das formas de emprego político do Poder Naval ainda em uso²⁸. (VIDIGAL, 2018:21).

Figura 1.O Malho, retratando a pessoa do Barão do Rio Branco como um personagem no qual havia a convergência do Poder Naval e do Poder Político.



Fonte: Página na internet da Editora FGV, disponível em <https://blog.editora.fgv.br/posts/barao-do-rio-branco>.

²⁷ Gunboat diplomacy.

²⁸ O emprego político do Poder Militar cuja primeira publicação do artigo data de 1980.

CAPÍTULO 2. O BARÃO DO RIO BRANCO E A POTENCIALIZAÇÃO DO PNB

O interesse que o Barão do Rio Branco nutria pela Marinha deve ser visto também pela compreensão que o Chanceler possuía sobre as características intrínsecas do Poder Naval: *permanência, mobilidade, versatilidade e flexibilidade*²⁹. Tais características conferem, até os dias atuais, aos meios navais a capacidade de se estabelecer em qualquer região litorânea ou ribeirinha do globo, podendo permanecer por tempo considerável na região, com a capacidade de realizar tarefas em amplo espectro, e podendo configurar-se para o combate naval, ou para o combate aéreo e terrestre de maneira limitada – guerra aeronaval e guerra anfíbia respectivamente.

No início do século XX, os *encouraçados classe dreadnought* eram a face mais emblemática do Poder Naval, combinavam em um vaso de guerra com 18 mil toneladas de deslocamento, o poder de fogo de 10 canhões de 12 polegadas com capacidade de disparo simultâneo de até 8 canhões, a proteção blindada de couraça de aço 11 polegadas e a boa velocidade de 21 nós para um navio desse porte à época³⁰, configurando-se então como uma arma estratégica por excelência. Os encouraçados, dessa classe, poderiam travar batalhas decisivas em alto mar, estrangular o comércio marítimo através de bloqueios navais e bombardear cidades litorâneas com grande poder de destruição.

A posse de uma ou mais plataformas de guerra com tais características conferiria, além da dissuasão aplicada ao conceito de *segurança nacional*, a sombra de um lastro de *força real* de muita valia no meandro político envolvendo as relações diplomáticas entre o Brasil e os demais países. Entretanto, o investimento em meios navais possui uma característica peculiar que é o alto grau de dependência tecnológica, tendo por consequência o vultoso custo para desenvolvimento ou aquisição, além da manutenção de belonaves no estado da arte.

Antes que venhamos a analisar os projetos navais que deram origem à esquadra de 1910, convém ressaltar que, no Brasil, comumente o voluntarismo político combinado à ausência de projetos sustentáveis e bem respaldados econômica e tecnologicamente a médio prazo, via de regra, tem desfecho similar como o apontado pelo Almirante Vidigal ao refletir sobre o desfecho da esquadra de 1910:

De lamentar, porém, é que, devido à falta de recursos, não foi possível construir, conforme o previsto tanto no Plano de 1904 como no de 1906, o estaleiro de Jacuacanga, para o apoio de manutenção desses navios, nem se

29 Sobre o assunto, ver Doutrina Militar Naval, BRASIL (2017)

30 Sobre o assunto, ver MARTINS FILHO (2010:15-17).

investiu na preparação do pessoal para operação, manutenção e reparo dessa frota. Mal conduzidos, mal mantidos, esses navios, ao invés de terem servido como uma base sólida para a Marinha, logo se transformariam em fator de frustração. A defasagem tecnológica entre a Esquadra e o parque industrial do País seria fatal, e logo, esta “poderosa” Esquadra já não tinha um expressivo valor militar (embora isso não fosse considerado na época, provavelmente ela tinha uma capacidade dissuasória considerável)³¹. (VIDIGAL, 2018:202, grifo nosso).

Aqui, com a devida vênia, quebramos a sequência lógica de apresentar uma conclusão antes que o fato seja criteriosamente analisado, porém, o fazemos justamente como recurso pedagógico, pois projetos nacionais de grande vulto devem ser pensados a partir das conclusões, sobretudo aquelas que não nos apetece uma análise profunda e realista como é o caso da capacidade técnica, tecnológica e logística para que tais projetos sejam sustentáveis no médio e no longo prazo, atendendo plenamente à concepção inicial.

Entretanto, há de se ressaltar algumas características contingenciais que envolveram a concepção dessa esquadra em caráter relativamente exasperado, em se tratando de um projeto nacional de grande magnitude para o país: (1) o consenso da elite política sobre a escassez de material flutuante adequado para a Marinha, (2) a divergência sobre os métodos de aquisição do material flutuante entre a ala política e a ala profissional, (3) o dilema de conceber uma esquadra majoritariamente mahaniana ou segundo o pensamento da *jeune école*, e (4) os problemas estruturais perpassado pela Marinha à época³².

Quanto ao consenso da elite política e seu papel na manutenção de uma Marinha forte e adequada aos objetivos nacionais, cabe uma reflexão *a priori* deste assunto: é muito comum obras sobre história militar ou reflexões debruçadas sobre temas castrenses em que a Marinha é relacionada mais diretamente às elites em contraposição ao Exército, que possui maior apelo popular. Tal generalização deve ser analisada com muita parcimônia, sob o risco de que seja criada uma visão falaciosa tanto da Marinha histórica real e quanto do Exército, contudo essa percepção é majoritariamente verossímil, inclusive geradora de tradições e comportamentos culturais muito díspares entre a Força Naval e a Força Terrestre. Mas, cabe aqui deixar ao largo a mentalidade socioeconômica da dialética entre classes, para entender o fator preponderante que tende a fazer da Marinha uma força “mais elitizada”. A grande questão é, se pensarmos

³¹ A *Evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil* cuja primeira publicação foi em 2000.

³² Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014:228-239).

nos dias atuais, onde estão os atores que compreendem e se debruçam sobre a problemática da Força Naval inserida no contexto político nacional e internacional? Onde estão os atores que compreendem as razões pelas quais devemos dispendir tantos recursos (ou não) no desenvolvimento de um submarino nuclear? Ou na importância de possuímos (ou não) um navio aeródromo com capacidade de manter um grupo aéreo de combate e lançá-lo a partir do mar? Ou de manter uma força expedicionária (ou não) nucleada por um corpo de fuzileiros navais com capacidade de realizar operações anfíbia em qualquer parte do globo? A percepção desses temas, em um *país anfíbio*³³ que perdeu ou não desenvolveu sua cultura marítima tende a ficar sob a tutela de um nicho muito diminuto da sociedade, tão diminuto que o é até mesmo dentro da própria elite política e econômica do país, posto que são temas que envolvem a defesa do território nacional, entretanto não afetas ao ambiente terrestre – palpável ao imaginário popular, e sim sobre um ambiente marítimo cuja percepção não é intuitiva e óbvia para a sociedade, pois apenas desenvolve-se a partir de esforço acadêmico direcionado, vivência profissional de atividades ligadas ao recursos do mar ou influenciadas diretamente pelo fluxo de comércio exterior, três atividades que envolvem ramos muito específico da sociedade brasileira.

Isto posto, a consenso da elite política quanto a necessidade da recomposição dos meios navais, no decênio analisado, é oriundo de fatores como a forte tradição marítima do período imperial brasileiro, da necessidade do litoral e das águas interiores que se configuravam como principais as linhas de comunicação entre a capital e as demais regiões do país – isso devido a incipiente malha viária e a reduzida quantidade de automóveis no país –, além escola de pensamento realista *saquarema* ainda bastante relevante nas correntes pensamento do início do século XX, denotada inclusive pelas ascensão do próprio Barão Rio Branco à chanceler.

Foi essa composição de fatores que impactaram o meio político e que somados a estabilidade econômica momentânea fomentaram a urgente necessidade de construir uma esquadra crível para as ambições brasileiras. Por um lado, o nível político entedia que a esquadra deveria ser recomposta o quanto antes através de compras de oportunidade³⁴, por outro lado, no nível estratégico, representado pela figura dos chefes navais – Júlio de Noronha e Alexandrino de Alencar –, entendiam que tal recomposição

³³ Definimos *país anfíbio* aquele que pela em que sua extensão territorial e suas águas jurisdicionais dão-se em razão equilibrada.

³⁴ Compras de oportunidade são aquisições de meios navais ofertados por outras marinhas, normalmente em função da baixa daquele meio em função da sua reposição por mais modernos na marinha ofertante.

deveria se fazer como um todo, projetando uma esquadra homogênea e planejada com o objetivo de resgatar de fato a capacidade operacional da Marinha.

Há de se ressaltar que a concepção de uma esquadra homogênea e planejada deveria, em tese, estar respaldada pelas duas linhas de pensamento estratégico naval: a linha de pensamento *mahaniana* ou da *jeune école*. Sob um prisma, a concepção *mahaniana*³⁵ de uma esquadra de batalha decisiva impõe constrangimentos flagrantes à nação que a aspira, sobretudo constrangimentos de natureza financeira e tecnológica devido ao seu alto custo e necessidade de utilização de tecnologia no *estado da arte* para manutenção da superioridade operacional sobre uma força naval adversa. Em termos políticos, é uma esquadra dissuasória por excelência, em termos operacionais, sem uma PEB que lhe proporcione margens reais de emprego do PNB acaba por ser tornar numa mera ferramenta política no logo prazo, tendo em vista que fatalmente acabará perdendo sua capacidade operacional com relativa rapidez. Sob outro prisma a concepção de uma esquadra segundo a *jeune école*³⁶, uma esquadra de guerra assimétrica, defensivamente lastreada no emprego de minas, torpedos, navios torpedeiros – ligeiros e com baixo deslocamento – e submersíveis, além de ofensivamente estar lastreada na *guerra da corso*³⁷. A primeira escola de pensamento tem por *habitat natural* de uma esquadra as *águas azuis* – regiões oceânicas –, a segunda visa à batalha em *águas verdes* – região costeira do próprio país. Em termos gerais, fica patente que o conceito de esquadra em potência converge diretamente com uma política externa de pretensões globais ou continentais; já o conceito de esquadra assimétrica converge com uma política externa de carácter regional limitado e de autodefesa. Nesse sentido, a PEB do Barão do Rio Branco possuía um carácter híbrido, pois visava à manutenção histórica da superioridade política e militar brasileira sobre o subcontinente Sul-americano ao mesmo tempo em que visava à capacidade de autodefesa diante de ingerência de outras potências sobre a soberania brasileira.

Por fim, para contextualizar a potencialização do PNB, a problemática estrutural na qual se encontrava a Marinha no início do século XX é um fator que não pode ser desconsiderado para entender o desfecho da esquadra de 1910. Após os tempos de beligerância entre a Marinha e o Exército durante a *revolta da armada* (1891-1894), as

³⁵ Sobre o assunto, ver PARET(1986:444-477).

³⁶ Sobre o assunto, ver TILL (2009:68-74).

³⁷ Guerra de corso é uma modalidade de guerra naval na qual, diante da incapacidade de estabelecer bloqueios navais a uma força naval de maior vulto, utiliza-se a tática que atacar comboios mercantes com navios ligeiros de pequeno porte ou submersíveis para dificultar o abastecimento logístico do país beligerante.

principais lideranças da Marinha foram eliminadas (destituídas ou mortas em combate) – os Almirantes Wandenkolk, Custódio de Melo e Saldanha da Gama – e a esquadra brasileira encontrava-se muito enfraquecida³⁸. Além disso, a Marinha ainda estava no processo da adaptação da era da vela para a era do vapor, esta que se deu muito lentamente devido a necessidade de profundas mudanças doutrinárias, inclusive com alteração do perfil de uma tripulação forjada para a força bruta e coragem – muito em virtude das fainas de aferrar e desferrar as velas ou devido a técnicas milenares como a do abalroamento – para uma tripulação forjada para a técnica da compreensão e operação do funcionamento de engrenagens mecânica e da metalurgia. Ainda sob o prisma técnico, havia também a deficiência que envolvia o setor de apoio, manutenção e construção naval, pois sofriam com a dependência tecnológica do exterior³⁹. Ademais, a própria estruturação da carreira militar enfrentava graves problemas, sobretudo com relação à desproporcionalidade entre os mais altos níveis hierárquicos e os níveis subalternos, fazendo a força naval carecer de elementos de execução quando comparada aos elementos de comando.⁴⁰

2.1 O programa naval de Júlio de Noronha

Para que possamos entender a concepção do programa naval de Júlio de Noronha, datado de 1904, faz-se necessário primeiro que compreendamos como eram travadas as batalhas navais à época, bem como quais vetores eram travadas, as circunstâncias e a tecnologia envolvida.

Com a evolução da indústria metalúrgica e armamentista, os combates navais sofreram rápida mudança. Durante grande parte do século XIX, foram travados com relativa proximidade em formações nas quais as esquadras deslocavam-se em linha com o objetivo de cruzarem por *través* a *proa* da esquadra inimiga a fim de proporcionar o melhor posicionamento de suas linhas de canhões e negar a mesma vantagem ao adversário. Contudo, o advento da couraça, a evolução da artilharia embarcada com o carregamento pela culatra, a evolução da balística aplicada às munições, bem como o aprimoramento dos sistemas de armas, proporcionando gradativamente melhor maior alcance e precisão das plataformas de tiro embarcadas, as distâncias de engajamento

³⁸ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014:134:145).

³⁹ Sobre o assunto, ver MARTINI (2004:74-90).

⁴⁰ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014: 234-239).

entre as belonaves passaram a ser expandidas para o maior alcance útil desses armamentos.

Sob o ponto de vista dos principais vetores navais à época, devemos destacar os *encouraçados* – navios capitais –, os *cruzadores*, os *destroyers*, os *torpedeiros* e *contra-torpedeiros* e os *submarinos*. Os *encouraçados* eram concebidos como navios de *batalha decisiva* por excelência, dotados de grande poder de fogo (canhões de 190mm ou 254mm ou 305mm), com velocidade em torno de 20 nós, espessa couraça de aproximadamente 200mm e grande deslocamento – acima de 13.000 ton – . Os *cruzadores* eram navios que visavam a mescla do bom poder de fogo e da boa proteção de couraça, contudo, com menor deslocamento – inferior a 10.000 ton. –, fato este que lhe permitia alcançar maiores velocidade – acima de 20 nós – com boa autonomia; os *cruzadores* poderiam ser utilizados em batalhas marítimas decisivas ou afetando as linhas de comunicações navais inimigas, no primeiro caso, em apoio aos navios capitais da esquadra e, no segundo caso, atacando ou bloqueando o fluxo mercantil inimigo de maneira a estrangular seu abastecimento. Os *torpedeiros* eram navios de menor porte e mais ágeis, capazes de se aproximarem dos navios de maior porte e torpedeá-los, ou fazê-lo contra frotas mercantes, já os *contra-torpedeiros* era navios mais ágeis ainda que utilizavam a mesma tática para neutralizar a ação dos próprios *torpedeiros*; cabe ressaltar que com a evolução dos meios navais, ambas funções passaram a ser concentradas em um tipo versátil de belonave que passou a ser conhecida como *destroyer*. Por fim, os *submarinos* advinham de uma concepção de assimetria da guerra, ou seja, causar um dano capital a um inimigo mais forte com um vetor relativamente modesto, porém extremamente favorecido pela sua capacidade de operar com sigilo e velocidade; tal meio passou por muitas modificações até os dias atuais, contudo, sua concepção de emprego permaneceu praticamente a mesma, resguardados casos específicos como os *submarinos* capazes de lançar mísseis balísticos nucleares.⁴¹

Após essa breve apresentação dos meios navais da época, passaremos a abordar mais especificamente o programa naval de Júlio de Noronha. O Almirante tinha como questão central as lições que a Batalha de *Tsushima*, recém ocorrida quando da formulação do seu programa naval, trariam para a configuração dos meios navais. Essas lições eram manifestas sobretudo, em relação à concepção doutrinária de esquadra a ser utilizada, anteriormente expostas, a perfeita relação entre tipo de armamento, espessura

⁴¹ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014: 240-243).

da couraça, tonelagem e velocidade dos navios capitais, bem como a proporção entre a quantidade de navios capitais e as demais classes de vasos de guerra.

Em defesa de seu programa, Noronha alegava, corretamente, que a maior tonelagem de um navio não era suficiente para determinar a vitória em combate. Essa dependeria, na verdade, da feliz combinação de fatores materiais e morais. Da mesma forma, o Ministro da Marinha enfatizaria dois aspectos que, a seu juízo, tornavam até certo ponto ilusória a identificação de maior deslocamento e artilharia mais pesada com melhor desempenho combatente: a distância real em que se travavam as batalhas navais e a resistência necessária da couraça. Nessa época, o poder ofensivo dos navios era aquilatado pelo número e pelo calibre dos canhões, que pode significar, ao mesmo tempo, o comprimento do tubo do canhão e o seu diâmetro. Quanto maior o número e o calibre dos canhões, maior o volume, a distância e o peso das granadas de alto-explosivo lançadas por eles. Outros fatores críticos para determinar a capacidade ofensiva de uma belonave eram a cadência de tiro e a marcha sustentada durante o enfrentamento, esta crucial para permitir o melhor posicionamento para o ataque. Ao fim e ao cabo, afirmava Júlio de Noronha, o dado essencial seria a quantidade de granadas lançada por unidade de tempo a uma distância tal que fosse possível perfurar a couraça do inimigo. Esta, a seu turno, constituía o âmago do poder defensivo de um navio: quanto mais resistente, espessa e abrangente, maior seria a capacidade de proteção contra granadas, torpedos e minas. (ALSINA JUNIOR, 2014: 245-246).

Entretanto, a respeito da concepção doutrinária da esquadra a ser utilizada, cabe ressaltar que os aspectos técnicos e a concepção de emprego tático e operacional deveriam possuir papel central na formulação de um programa naval e ao mesmo tempo, estrategicamente, deveria estar em conformidade com as percepções e objetivos da PEB. Nos debates parlamentares sobre a conformidade do programa naval confrontados com as ambições da PEB daquele decênio, existiam visões diferentes sobre o tema. O espectro das visões variava desde (1) o resgate da supremacia naval da marinha brasileira no subcontinente Sul-americano, (2) passando pela garantia da superioridade naval, (3) outros acreditavam que a configuração da esquadra deveria ser proporcional à esquadra argentina para que fosse garantida a capacidade de se contrapor àquele país, (4) outros ainda entendia que a marinha deveria ser configurada para ser capaz de se contrapor a ambições imperialistas de potências sobre o território nacional e, por fim, (5) havia aqueles que defendiam que a esquadra deveria recuperar sua capacidade de combate para que a credibilidade de sua capacidade de atuação gerasse fatores dissuasórios com o objetivo de manter o estado de paz entre o Brasil e países potencialmente beligerante.

Convém destacar que, apesar de os debates parlamentares gravitarem em torno das questões acima expostas, ainda que houvesse resquício da tradição e consciência marítima existente durante o período imperial, a falta de conhecimento com certo nível

de profundidade sobre temas afetos à vocação marítima intrínseca do nosso território, empobreceu os debates em relação ao programa naval de 1904, fazendo com que o projeto, em termos estratégicos, mantivesse praticamente inalterada a visão do Almirante Júlio de Noronha.

Tendo em conta o teor de excerto do livro *Um Oficial da Armada*, citado por Martins Filho, parece claro que o programa de 1904 não foi objeto de discussão abrangente, seja no plano governamental, seja junto à opinião pública: “(...) nem o Presidente da República nem o Congresso nem a imprensa, faltos de uma verdadeira orientação nestes problemas que eram e são completamente alheios à cultura pública entre nós, puderam antepor-se ao projeto do ministro”⁴². (ALSINA JUNIOR, 2014:255).

Sobre o tema, cabe aqui uma reflexão. Em temas afetos à segurança e defesa nacional, percebe-se o quanto a falta de estabilidade e propensão de formular e persistir em projetos de Estado impacta diretamente na qualidade e competência da classe política brasileira debater com razoável profundidade e visão de futuro temas afetos ao tema. Grave também é que o fato de que, de maneira muito comum, as próprias FFAA estejam envoltas em picuinhas autofágicas sobre disputa de recursos e projetos desintegrados. A estabilidade do império e o envolvimento das classes políticas com as FFAA durante aquele período, seja por aproximação das classes civis em temas intrinsecamente militares ou a inserção na política de cidadãos egressos das fileiras militares, garantiram, ainda que com falhas, maior sucesso e eficiência na elaboração, condução e emprego estratégico das FFAA quando comparado ao período republicano. Ainda que não seja objeto deste estudo, convém trazer a reflexão para que pensemos em mecanismos e iniciativas visando a garantia de maior estabilidade e eficiência no emprego dos recursos para a defesa, bem como a ampliação dos debates sobre o tema para que os níveis táticos, estratégicos e políticos sejam sintetizados em FFAA aprestadas, balanceadas e em condição de pronto emprego.

Voltando ao programa naval de Júlio de Noronha, após dos debates que parlamentares envolvendo a aquisição da nova esquadra, o projeto apresentado pelo Ministro da Marinha foi ratificado praticamente inalterado conforme abaixo:

“O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:
Art.1º. – Fica o Presidente da República autorizado:

⁴² O referido livro, publicado anonimamente, foi escrito por um ex-oficial da Marinha, José Eduardo de Macedo Soares. Ver João Roberto Martins Filho. *A marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910*.

a) a encomendar à indústria pelo Ministério da Marinha os navios seguintes:
 Três encouraçados de 12.500 a 13.000 toneladas de deslocamento;
 Três cruzadores encouraçados de 9.200 a 9.700 tons.;
 Seis caça-torpedeiros de 400 tons.;
 Seis torpedeiras de 130 tons.;
 Seis torpedeiras de 50 tons.;
 Três submarinos;
 Um vapor carvoeiro com capacidade de 6.000 tons de carvão;
 Um navio-escola, com deslocamento não excedente de 3.000 toneladas.
 b) a mandar concluir, com a possível brevidade, a construção dos monitores de rio Pernambuco e Maranhão.
 Art. 2º - As despesas para a execução dessa lei serão providas com recursos orçamentários de cada exercício
 Art. 3º - As quantias não aplicadas serão levadas ao exercício seguinte, conservando o seu destino primitivo, sendo os respectivos contratos efetuados à proporção que forem executados os de cada triênio.
 Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
 Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1904, 16º da República – Francisco de Paula Rodrigues Alves – Júlio César de Noronha.”⁴³(NORONHA, 1950:326 apud ALSINA JUNIOR, 2014:256).

2.2 O programa naval de Alexandrino de Alencar

Após o lançamento do emblemático *encouraçado Dreadnought* projetado para a *Royal Navy*, o Almirante Alexandrino de Alencar, Senador da República pelo estado do Amazonas à época e que posteriormente viria a ser Ministro da Marinha com a saída de Júlio de Noronha, passou a questionar a concepção do programa naval de 1904 em função dos grandes impactos que o projeto do célebre navio causaria sobre os navios capitais:

De maneira sintética, o Dreadnought resultou de processos simultâneos: o desenvolvimento de uma série de tecnologias que tornavam aquele tipo de navio possível (...) Havia ainda a consideração de que o canhão de 12” era o único eficiente a longas distâncias e de que, caso a Grã-Bretanha fosse a primeira a adotá-lo de maneira sistemática, teria grande vantagem do ponto de vista do treinamento de suas equipagens em relação às marinhas retardatárias. (...) É nessa circunstância que surge o design arrojado do Dreadnought, em grande medida um navio-conceito que ainda precisaria provar o seu valor em combate. Dentre as inovações a ele incorporadas, encontravam-se a unificação do calibre do armamento principal, por meio de 10 canhões de 305mm montados em torretas, o sistema de controle de tiro avançado (embora ainda deficiente) e a propulsão à base de turbinas capazes de gerar 21 nós de marcha. (ALSINA JUNIOR, 2014:254-255).

Tendo em vista que os navios encomendados pela Marinha do Brasil ainda se encontravam em construção e que o estaleiro – *casa Armstrong* – vencedor do certame para o desenvolvimento da nova esquadra brasileira era o mesmo onde fora projetado e

⁴³ NORONHA, Júlio César de. *A Organização Naval*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1950. (Subsídios para a história marítima do Brasil, IX).

construído o *encouraçado Dreadnought*, mostrou-se bastante oportuno para o Senador retomar os debates sobre a concepção do programa naval, além da sua convicção pessoal do melhor emprego das belonaves, também fora motivado pela disputa interna sobre sua influência sobre a Força Naval.

O *encouraçado Minas Gerais* seguiu parâmetros muitos similares aos do *Dreadnought*, inclusive os canhões de 305mm utilizados poderia disparar a cada 30 segundos, conferindo ao vaso de guerra uma boa cadência de tiro e maior alcance, posto que era possível disparar 10 canhões simultaneamente para cada bordo ou 8 em direção à proa, totalizando 16 disparos por minuto na pior das hipóteses. Esse advento favoreceu justamente a alteração do programa naval de 1904, aumentando o deslocamento dos encouraçados brasileiros e unificando seu calibre para os canhões de 305mm, ao contrário do que defendia Júlio de Noronha que vislumbrava navios de menor deslocamento e armamentos de menor calibre, porém com maior cadência de tiro, todavia, com o avanço tecnológico, o fato é que as cadências de tiro dos canhões de 254mm e de 305 passaram a ser praticamente similares com vantagem de alcance para o segundo.⁴⁴

Outro grande debate que permeou o processo de aquisição da nova esquadra brasileira foi o sempre presente dilema existente entre o incentivo à construção naval endógena e a aquisição dos meios mais modernos, além do menor custo no exterior. Obviamente, pelo conteúdo apresentado aqui, esse debate passou muito ao largo da centralidade do projeto, tendo em vista que os custos envolvendo a aquisição de meios navais são sempre vultosos, a capacidade tecnológica da indústria naval brasileira estava defasada, e um dos grandes méritos da nova esquadra seria a capacidade de dissuasão com sua imediata operabilidade. Cabe ressaltar que, na última década do século XIX houve a experiência da construção do *Cruzador Tamandaré* cujos problemas de projeto tornaram sua incorporação à esquadra demasiadamente demorada. Sobre o dilema recorrentemente presente no seio das FFAA no que se trata na aquisição e material bélico⁴⁵, o Almirante Vidigal faz a seguinte reflexão:

Será impossível criar um programa de nacionalização viável perseguindo, desde logo, a mais avançada tecnologia disponível. Os custos daí resultantes impediriam a continuidade do esforço.

⁴⁴ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014:286-287).

⁴⁵ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014:289-292).

É fundamental considerar, nesse ponto da análise, que a posse de equipamento tecnologicamente mais avançado não implica, necessariamente, a obtenção de um sistema de mais eficácia.

A eficácia de um dado sistema – por exemplo, um sistema de armas – depende de três aspectos: desempenho, emprego e aprestamento. Desempenho é a medida física que a componente não humana (equipamentos, programas etc.) é capaz de fazer; emprego é a medida da contribuição da componente humana à eficácia do sistema; e aprestamento é a medida da capacidade do sistema estar pronto quando solicitado (disponibilidade) e permanecer operando quando necessário (confiabilidade). Portanto, a escolha do equipamento mais sofisticado, de melhor desempenho não garante o sistema mais eficaz, pois a complexidade e sofisticação opõem-se aos aspectos de emprego e aprestamento, podendo acarretar, conseqüentemente, uma menor eficácia do sistema. Por outro lado, a escolha de equipamentos menos complexos, mais robustos, mais fáceis de operar e manter, pode resultar num sistema de maior eficácia, como resultado de emprego e aprestamento de valores maiores⁴⁶. (VIDIGAL, 2018:80, grifo nosso)

Embora esse debate seja demasiadamente complexo e multifatorial, o que não convém explorar neste trabalho, um princípio deve ser extraído: no nível político, o uso precípua das FFAA no nosso país é a dissuasão por excelência, entretanto convém sempre ressaltar que sem bases sólidas na realidade não existe dissuasão de fato, ainda que politicamente criam-se muitas aparências para criá-la. Sobretudo hodiernamente, o fluxo de informações não permite mascarar a real condição das forças castrenses. Em outras palavras, ainda que seja verdadeiramente válido e necessário o racionalismo doutrinário e acadêmico que buscar adequar no nível político-estratégico à configuração das FFAA com o nível de ameaça à segurança nacional ou às ambições da PEB, será sempre a real capacidade de emprego tático eficaz o pilar empírico e realista que sustentará toda e qualquer concepção de utilização política do Poder Militar no concerto internacional.

Em termos gerais, as grandes mudanças do programa naval de Alexandrino de Alencar em relação ao programa naval Júlio de Noronha foram (1) as alterações no projeto dos *encouraçados* – unificação do armamento e aumento do deslocamento – aproximando-o do paradigmático *HMS Dreadnought*; (2) preferência no uso de navios tipo *scout* que eram navios mais leves e rápidos ao invés do uso de *cruzadores de batalha* existentes programa anterior; e (3) a retirada do navio carvoeiro previsto por Júlio de Noronha. Ademais, os programas navais permanecerem mormente semelhantes.

⁴⁶ A importância da indústria bélica para a segurança nacional de autoria do Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, artigo publicado na Revista Marítima Brasileira no 4º trimestre de 1988.

Definido derradeiramente o programa naval vencedor, chegava, em abril de 1910, ao Brasil o célebre *Encouraçado Minas Gerais*, conforme os relatos da época, sua aparição na capital foi efusivamente celebrada pelo povo, contudo, para os mais críticos, com algumas ressalvas e reflexões conforme relata Gilberto Amado:

“Durante o dia, no Itamarati, onde fui, na Avenida, na Colombo, onde me sentei, de noite, na redação da A Imprensa, que começava a frequentar, só ouvia isto: ‘O Minas! Você viu?’. Entusiasmo total. Os brasileiros estavam de fervor patriótico. Sorrisos largos. Olhos brilhantes. Não tive com quem conversar, como homem pensante, sobre o assunto. Não encontraria ouvidos para o que pudesse querer dizer. Uma melancolia me apertou o coração. O Minas, como as demais unidades da esquadra, não tinha sido construído no Brasil por engenheiros e operários brasileiros, em estaleiro brasileiro. Não resultara da nossa técnica, da nossa indústria, nem do nosso capital próprio, fruto do nosso esforço criador, substantivo, de base, mas do crédito...só e só. De nosso havia nele apenas a encomenda... o ato do Governo, o contrato com a firma construtora. Entretanto, o povo urrava em explosões que traduziam o que refletidamente o País publicava. Se o Minas fosse uma afirmação do Brasil, produto da sua ciência, da sua riqueza, da sua técnica! Se o Minas fosse mais do que um empréstimo! (...) Conceito a rever: o de patriotismo no Brasil.”⁴⁷ (AMADO, 1956: 55-56 apud ALSINA JUNIOR, 2014:327).

2.3 O projeto da esquadra de 1910 e seus desdobramentos na prática

Em novembro de 1910, sete meses após a chegada das belonaves, ocorreu um dos mais infames eventos na história da Marinha, a *revolta da chibata*. Um evento derivado das precárias condições de recrutamento das praças, do incipiente nível educacional de maior parcela da população brasileira e de um regulamento disciplinar que contemplava também castigos corporais como forma de punição às contravenções disciplinares praticadas pelas praças. O fato gerador foi a condenação à 250 chibatadas do marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes após este ter atacado o cabo Valdemar Rodrigues de Souza com uma navalha⁴⁸. A *revolta da chibata* foi episódio sangrento e com grandes repercussões políticas, tendo em vista o envolvimento das belonaves mais poderosas da América do Sul e as ameaças de bombardeio à cidade do Rio de Janeiro por parte dos marinheiros amotinados e captores dos navios supracitados.

Um relato sóbrio sobre os momentos iniciais da revolta foi feita pelo jornal *O Diário de Notícias*. Inicialmente o editorial colocou-se a favor da reivindicação dos marinheiros em virtude das condições em que exerciam seus ofícios, contudo

⁴⁷ AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956. p.55-56.

⁴⁸ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014: 229-330).

reprovando sobriamente os excessos cometidos em resposta aos maus tratos sofridos de longa data ⁴⁹, entretanto, no dia seguinte, quando já se tinham mais informações detalhadas sobre o ocorrido, o mesmo editorial fez críticas contundentes à revolta diante das suas potenciais consequências para a manutenção da estabilidade disciplinar na Marinha, a salvaguarda da cidade do Rio de Janeiro e as consequências externas que o evento poderia desencadear:

“Diante da gravidade da situação criada pela revolta da marinhagem dos navios de guerra, a atitude desta folha oposicionista não pode ser senão de franca reprovação ao ato que veio lançar o pavor na calma habitual desta cidade de trabalho. Por maior que seja a nossa intransigência civilista, não podemos prestar a menor parcela de apoio, nem aplaudir esse movimento de insubordinação militar que investe desatinadamente contra a ordem e contra a lei em verdadeira explosão de loucura armada. Seja qual for a sorte desse atentado que já vitimou oficiais distintíssimos e arrancou a vida a inocentes, não podemos dar mais do que o esquecimento, que não se nega aos transviados. Solidariedade, nunca, porque nem isto é uma conspiração política e sim um levante de indisciplina militar, como também porque, ao preço de tão dura apostasia de nossos princípios de ordem e de respeito às leis, não queremos nem quereremos jamais as altitudes do poder.”
(MARTINS, 1988: 104)

As opções à mesa para gerir a crise eram basicamente duas: o enfrentamento bélico ou a saída política negociada. A Marinha preparou-se para a primeira opção, buscando atacar os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* com uma força *destroyers* para torpedear as belonaves capitais, a força seria chefiada por Felinto Perry e tinha aval do Ministro da Marinha, Almirante Marques de Leão. Entretanto, o próprio Barão do Rio Branco fez grande esforço para dissuadir tal ação, expondo diretamente a Felinto Perry que o custo da ação seria a perda do equilíbrio naval vantajoso para o Brasil no concerto da América do Sul. Para a felicidade do Barão do Rio Branco, a solução política prevaleceu e os amotinados foram anistiados pelo congresso nacional, as belonaves foram devolvidas ao comando dos oficiais, preservando então o material naval adquirido à grande custo pela Nação. Fato importante é que a ausência de confiança entre Oficiais e Praças dentro da Força Naval, derivada do motim, ocasionou a ordem para a retirada das culatras dos poderosos canhões dos encouraçados, isto contribuiu diretamente para a perda precoce do aprestamento da tripulação, transformando rapidamente dois dos navios mais poderosos à época em uma gigantesca plataforma flutuante com poder ofensivo dramaticamente restrito.⁵⁰

⁴⁹ Sobre o assunto, ver MARTINS (1988: 103)

⁵⁰ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014: 331-334).

Ademais, além da retirada das culatras dos canhões dos encouraçados, as tripulações de ambas belonaves foram bastante reduzidas – e. g. a tripulação do *encouraçado Minas Gerais* estava a reduzida a pouco mais de um terço de sua lotação prevista –, igualmente a Marinha passou a atravessar uma crise orçamentária que a impossibilitou de levar adiante a expansão das instalações do *Arsenal de Marinha* necessárias para a manutenção da nova esquadra. Há de se ressaltar também que o custo previsto para a manutenção, calculada para um período de cinco anos, dos encouraçados equivalia a aproximadamente 50% do custo da própria aquisição dos vasos de guerra.⁵¹ O descompasso entre a realidade técnica da Marinha e a complexidade da operabilidade dos modernos vasos de guerra adquiridos, geraram um inépcia precoce da poderosa esquadra. Hélio Leôncio Martins relata o ambiente pouco propício para que do projeto de esquadra concebido, de fato passasse a existir uma esquadra em potência no estado da arte:

A relativa rapidez com que o material ia sendo substituído, e aos jatos, principalmente o último salto que representou a aquisição da Esquadra de 1910, sem haver continuidade evolutiva, não foi acompanhado por mutação do recrutamento e do preparo dos homens no mesmo ritmo. O Minas Gerais e o São Paulo, verdadeiros estabelecimentos industriais, com predominância da eletricidade, da hidráulica, do vapor, para seu funcionamento, seriam operados por elementos recrutados em grande parte pela polícia, e formados em veleiros, a maioria analfabeta, procurando-se fazê-los adaptarem-se às novas condições através de regime disciplinar inteiramente desatualizado, com base na chibata. (MARTINS, 1988: 207)

Destarte, pode-se conjecturar que a esquadra concebida pelos Almirantes Júlio de Noronha e Alexandrino de Alencar não estavam em condições de serem mantidas de maneira sustentável pela Marinha. No que tange ao *desempenho*, certamente as belonaves da esquadra de 1910 se perfaziam plenamente capazes de travar batalhas navais de maneira equilibrada contra navios de outras forças navais expoentes. Por outro lado, no quesito *emprego*, fica patente que a volatilidade financeira perpassada pelo Brasil naqueles tempos impactou diretamente a construção imediata de instalações para reparo dos navios, bem como dificultou a modernização tecnológica necessária para a garantia da confiabilidade duradoura dos meios navais adquiridos no longo prazo. Finalmente, quanto ao quesito *aprestamento*, os fatos narrados acima sobre a *revolta da chibata* e todos os fatores causais a ela associados contribuíram sobremaneira para que, em que pese, no curto prazo, os quesitos *desempenho* e *emprego* a eficácia foi deveras

⁵¹ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014: 335).

comprometida em função da incapacidade dos recursos humanos disponíveis operarem os modernos sistemas adquiridos.⁵²

2.4 A real influência do Barão do Rio Branco sobre a esquadra de 1910

A real influência do Barão do Rio Branco sobre a esquadra de 1910 deve ser vista principalmente pela perspectiva política, seja ela no apoio político emprestado pelo Barão nos debates internos – governo, parlamento e sociedade – para aquisição dos meios, bem como na percepção de utilizar a garantia de uma esquadra forte como elemento partícipe, ainda que de maneira implícita, na construção da PEB. Essa maior relevância no campo político ocorre sobretudo em virtude da maneira como ocorreu a aquisição e a configuração dos meios flutuantes da esquadra, um processo que, em que pese os debates políticos e no seio da opinião pública, ocorreu de maneira primordialmente técnica e centrada nas figuras dos Almirantes Júlio de Noronha e Alexandrino de Alencar.

O programa de reorganização da Marinha, embora não tenha sido formulado em conjunto com a chancelaria, era instrumental para a grande estratégia perseguida pelo ministro das Relações Exteriores. A sua concretização faria com que o Brasil voltasse à condição usufruída durante boa parte do regime imperial, ou seja, a de mais importante potência marítima da América do Sul. (ALSINA JUNIOR, 2014: 347)

O grande objetivo do Barão do Rio Branco, ao fomentar o renascimento de um PNB crível, era a sua utilização como instrumento da PEB, sobretudo através da dissuasão causada pela capacidade bélica e pelo número de meios navais aprestados, tais meios seriam capazes de contribuir com os três objetivos principais da sua gestão a frente da chancelaria brasileira: “alavancar o prestígio internacional do País, dissuadir eventuais veleidades de intervenção do imperialismo europeu e aumentar os custos potenciais de qualquer projeto de agressão ao Brasil por parte das nações vizinhas.”⁵³

Há de se ressaltar que a reformulação do PNB deveria ocorrer de maneira sóbria, justamente para atingir os objetivos desejados pela PEB, uma vez que a Marinha, tradicionalmente pelas suas características intrínsecas e históricas, acaba por se tornar o a força militar mais representativa e instrumentalizável para o apoio à política externa,

⁵² Para esta análise foi considerada a teoria do Almirante Vidigal sobre os três pilares que contribuem para eficácia de um sistema de armas, teorias esta citada anteriormente neste trabalho.

⁵³ ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. **A esfinge e o tridente: Rio-Branco, grande estratégia e o programa de reaparelhamento naval (1904-1910) na primeira República.** op. cit., p. 348.

dessa forma, a grandiosidade naval figurada na esquadra brasileira se projetaria de maneira simbiótica para o plano diplomático, trazendo consigo consequências positivas e negativas para o concerto político internacional. A sobriedade, portanto, deveria ser importante na concepção da esquadra de 1910, uma vez que o grande objetivo, do ponto de vista político, de possuir uma esquadra poderosa foi gerar maior segurança para o Estado e paradoxalmente possuir uma esquadra demasiadamente poderosa, em relação aos demais países, poderia ser fator de insegurança para o próprio Brasil, posto que a reação vizinha tenderia a ser a corrida armamentista para o fortalecimento de suas FFAA e para a redução do déficit bélico criado em relação ao Brasil. Essa era uma preocupação que o Barão do Rio Branco nutria, exatamente por isso era defensor de um projeto de esquadra dotada de navios com menor deslocamento, porém em maior quantidade, que ao mesmo tempo garantiriam a superioridade naval e capacidade de intervir na Bacia do Prata, bem como a capacidade de atuar na região amazônica contra potenciais agressões dos países amazônicos fronteiriços. Essa concepção de esquadra ainda garantiria a capacidade de gerar dissuasão, ainda que limitada, em qualquer potência imperialista que vislumbasse interferir em relação à soberania brasileira.⁵⁴

Entretanto, a poderosíssima esquadra projetada por Júlio de Noronha e Alexandrino de Alencar ao mesmo tempo que gerou grande poder dissuasório para os demais países, também gerou desconfiança nos países vizinhos, sobretudo na Argentina, que imediatamente passou a buscar o incremento de sua esquadra de maneira a diminuir o lastro bélico alcançado pela PNB em relação à sua Armada. Apesar disso, pode-se dizer que a imagem dessa esquadra poderosa foi mormente proveitosa para os projetos do Barão do Rio Branco, tendo em vista que lhe concedeu as credenciais necessária para alcançar os três principais eixos de atuação da sua PEB, tornando-se, pois, o grande paradigma para a diplomacia brasileira.

Apesar desse efeito, mormente benéfico, a *revolta da chibata*, no que tange suas origens e consequências emblemáticas, foram um choque de realidade para os projetos nascidos e sustentados apenas com olhos políticos. Assim como exposto neste trabalho anteriormente, segundo a visão do Almirante Vidigal, a esquadra tanto almejada pela classe política brasileira, incluindo os dois expoentes líderes navais vastamente aqui citados, mostrou-se descasado da realidade brasileira, presa no atraso tecnológico,

⁵⁴ Sobre o assunto, ver ALSINA JUNIOR (2014: 349-350).

técnico, educacional e econômico, fatores que rapidamente corroeram a capacidade de fazer guerra dos poderosos *encouraçados Minas Gerais e São Paulo*, bem como dos demais meios adquiridos conjuntamente. Esse revés impactou os últimos dois anos da gestão do Barão do Rio Branco a frente do Itamaraty, mas foi muito mais profundamente sentido nas décadas seguintes.

Ao mesmo tempo que a história trouxe os ensinamentos acima apontados, devemos nos perguntar se tais escolhas não foram as escolhas possíveis à época, posto que é sempre fácil e confortável julgar o passado através de recortes do passado, contudo, envolvendo situações complexas, devemos recolher as lições da história e entender que, de alguma maneira, as decisões foram tomadas de acordo com as possibilidades existentes. É nesse sentido que o Diplomata *João Paulo Soares de Alsina Júnior*, excelso estudioso da coadunação entre a Diplomacia e o Póde Militar, faz a seguinte reflexão sobre o tema:

Desse ponto de vista, é lícito supor que a não participação de Rio-Branco na definição dos programas navais de 1904 e 1906 teria sido razoavelmente indiferente quanto ao aumento da tensão com a Argentina. Ao que tudo indica, em um plano de agregação conceitual superior, tanto a reorganização vislumbrada por Júlio de Noronha quanto a levada a cabo por Alexandrino de Alencar eram coerentes com os objetivos fundamentais da grande estratégia projetada por Paranhos Jr.. No primeiro e no segundo casos, o que se almejava não seria possível obter sem fricções com a Argentina, principal adversária do Brasil na disputa pela primazia na América do Sul. Se é certa a descoordenação entre Itamaraty e Marinha na fase de concepção do programa que conduziria à Esquadra de 1910, a sua implementação permitiria ao País alcançar os objetivos traçados pela política externa do Barão: reposicionar o Rio de Janeiro como maior potência naval do subcontinente, elemento chave para o exercício da hegemonia regional pelo Brasil. Logo, pode-se sustentar ter havido, ao mesmo tempo, desarticulação e articulação entre as políticas externa e naval no contexto mais amplo da grande estratégia brasileira do período estudado. (ALSINA JÚNIOR, 2014: 384)

Portanto, em que pesem os percalços enfrentados na concretização dos efeitos desejados com a aquisição da esquadra de 1910, podemos entender que os objetivos almejados com o fortalecimento da Marinha no período de 1902 a 1912 foram mormente alcançados no que tange a instrumentalização do PNB como artifício para a construção da PEB gestada pelo Barão do Rio Branco.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos o início do século XX e o início do século XXI, quais seriam os principais pontos de convergência e divergência em relação a esses dois períodos históricos? Encontrando linhas mestras convergentes e entendendo o contexto particular que as envolvem, poderíamos utilizar os princípios que basearam as ações do Barão do Rio Branco e dos chefes navais da época para lastrear nossas ações no presente? Se não o pudéssemos, negaríamos a relevância que a história dos nossos antepassados possui no nosso presente, ao mesmo tempo, se apenas repetirmos suas ações ignorando as diferenças marcantes entre nosso tempo e o tempo deles, acabaremos por cometer erros antigos em novos contextos.

Dessa maneira, podemos elencar três pilares convergentes entre os dois períodos históricos: (1) a ascensão política e econômica de uma nova potência, reacomodando as esferas de influência na política internacional, (2) as tensões envolvendo o Brasil e alguns de seus vizinhos Sul-americanos e (3) profunda mudança na velocidade do fluxo de informações causada pelo desenvolvimento de novas tecnologias.

Como exposto anteriormente, a virada do século XX foi o ponto de inflexão para a marcante percepção dos Estados Unidos da América como uma potência crescentemente influente no cenário internacional, seja economicamente, seja politicamente, posição esta que foi consolidada ao longo do século em tela. Outrossim, o início do século XXI marcou também o mesmo ponto de inflexão, contudo, se o pivô no século anterior foi em direção à América do Norte, neste século, o pivô está, a princípio, em direção a uma potência da Ásia: a China⁵⁵. Historicamente, desde antiguidade, a China estabeleceu-se como uma grande e próspera Nação, contudo, portando-se de maneira autocentrada ao seu próprio território e suas zonas de influências próximas (Ásia oriental e sudeste asiático, bem parte da Ásia meridional, central e setentrional). Em que pese ter sido, por mais de dois mil anos, uma das maiores potências mundiais em termos de organização, cultura e economia, além da relativa estabilidade, a China só passou a objetivar o aumento da sua esfera de influência após ter passado pela experiência do “século da humilhação”⁵⁶ e diante dessa experiência aceitou a absorção de algumas experiências ocidentais para reerguimento do

⁵⁵ Sobre o assunto, ver STUENKEL (2018: 70-104).

⁵⁶ Período da história chinesa compreendido entre a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) até o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Estado Chinês⁵⁷. Essas experiências perpassam principalmente pela implementação do regime comunista com Mao Tsé-Tung, a reorientação do próprio Partido Comunista Chinês sob a liderança de Deng Xiaoping com a criação do “socialismo de mercado”, a parcial abertura da chinesa para o capital estrangeiro, a busca pela modernização dos setores de indústria e comércio, ciência e tecnologia, e indústria militar de defesa⁵⁸. Hoje a China figura como a segunda maior economia do mundo, além de ser o principal parceiro comercial do Brasil na atualidade sendo desde 2009 nosso maior mercado exportador.⁵⁹

O Barão do Rio Branco soube antecipar-se aos fatos. Ele soube pragmaticamente utilizar a *doutrina Monroe* em favor do Brasil, aproximando os laços com os EUA de maneira tornar politicamente mais custoso qualquer investida imperialista dos países europeus sobre qualquer parcela do território brasileiro, contudo entendia também que o Brasil deveria ser capaz de defender seus interesses na América do Sul. Olhando para o passado, qual deveria ser nossa postura diante da China no presente século? Seria muito presunção conjecturar qualquer tipo de resposta em um trabalho tão breve, contudo, a lição pragmática do Barão de tentar extrair tanto dos EUA quanto dos países europeus aquilo que convinha para o Brasil segue válida. O objetivo deve ser a preservação da segurança e prosperidade do Brasil, bem como a maximização de sua influência no seu entorno estratégico. Ressalta-se, contudo, apenas um aspecto marcadamente distinto, em relação ao Brasil, quando comparamos os EUA do início do século XX e a China do início do século XXI: a observância do estado democrático de direito, o respeito aos direitos humanos e aos valores ocidentais. Esses pontos são sensíveis na relação do Brasil com qualquer país, sobretudo nos dias atuais onde a influência cultural torna-se uma importante ferramenta de disputa política entre os países. No nosso tempo, talvez como nunca, seja necessário a arguta visão do Barão do Rio Branco, a visão de saber quais são nossas raízes, quais são nossos objetivos em quanto estado-nação, identificar a possibilidade que o concerto das nações nos oferece para alcançá-los, e, dessa forma, utilizar o jogo político a nosso favor, sem jamais

⁵⁷ A absorção de culturas estrangeiras pela cultura chinesa é historicamente um tema complexo, de tal maneira que um dos pensamentos tradicionais daquela cultura, em virtude da sua longevidade como civilização, era que qualquer potencial invasor, no longo prazo, acabaria sendo absorvido pela estrutura cultural chinesa.

⁵⁸ Sobre o assunto, ver KISSINGER (2012).

⁵⁹ CNN Brasil. **China responde por 2/3 do superávit da balança comercial brasileira em 2020**. São Paulo, 15 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/china-responde-por-2-3-do-superavit-da-balanca-comercial-do-pais-em-2020/>.

perder a percepção de que uma relação diplomática e comercial é vantajosa para o Brasil até quando não são ultrapassados os limites do respeito a nossa soberania, esta que, em última instância, é garantida com FFAA profissionais, aprestadas e adequadas à PEB.

No final do século XIX e no início do século XX, as grandes questões de disputas fronteiriças do Brasil foram resolvidas de maneira diplomática ou por arbitragem internacional, à exceção da questão do Acre onde foi também utilizado o Poder Militar. As principais ameaças ao Brasil, oriundas com outros países limítrofes, eram justamente advindas de controvérsias territoriais, porém, especificamente com a Argentina envolvia também a busca da primazia política e militar sobre o subcontinente Sul-americano. No entanto, século XXI, seriam ainda essas as principais ameaças ao Brasil? Atualmente as fronteiras entre os países da América do Sul são relativamente estáveis, apenas envolvendo episódios pontuais de disputa – como é o caso do pleito da Bolívia contra o Chile⁶⁰ –, por outro lado, o crime organizado, sobretudo envolvendo o narcotráfico, bem como a grave crise socioeconômica que afeta a Venezuela tem produzido impactos que necessitam do *operações de não guerra* das FFAA para o combate de crimes transfronteiriços e em apoio à ajuda humanitária, como é o caso das Operações interagências Ágata⁶¹ e Acolhida⁶² respectivamente. Contudo, apesar de importantes, essas questões são de caráter contingencial e entram no espectro subsidiário do emprego das FFAA, sendo, para a Marinha, a principal perspectiva estratégica a manutenção da soberania sobre seus direitos de exploração econômica na *Amazônia Azul* – águas jurisdicionais brasileiras com base na CNUDM⁶³ e com pleitos adicionais endossados pela CLPC⁶⁴ –, bem como na manutenção da presença no seu entorno estratégico que abarca o Atlântico Sul, Costa ocidental da África⁶⁵ e a

⁶⁰ BBC. **A disputa de mais de um século da Bolívia com o Chile por uma saída ao mar**. São Paulo, 21 de mar. de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43480669>.

⁶¹ G1. **Marinha realiza ações contra crimes na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. Foz do Iguaçu, 15 de set. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2021/09/15/marinha-realiza-operacao-contr-crimes-na-fronteira-entre-brasil-e-paraguai.ghtml>.

⁶² CASA CIVIL. **O trabalho dos militares na Operação Acolhida**. Pacaraima, 29 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/noticias/o-trabalho-de-militares-na-operacao-acolhida>.

⁶³ Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

⁶⁴ Comissão de Limites da Plataforma Continental.

⁶⁵ CCSM. **Operação “GUINEX-I”. Fragata “Independência” realiza exercícios com as marinhas do Senegal e da Itália**. Rio de Janeiro, 22 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/operacao-guinex-i-fragata-independencia-realiza-exercicios-com-marinhas-de-senegal-e-da>.

Antártica. Dessa forma, o *Livro Branco de Defesa Nacional* ressalta sobre as duas primeiras regiões do entorno estratégico:

País com maior costa atlântica, o Brasil tem, por todas as razões citadas, especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes, como a “Garganta Atlântica”, entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental de vital importância para o comércio mundial. (...) O aumento, na presente década, dos incidentes de pirataria e roubo no Golfo da Guiné também evidencia a atualidade e a importância de aprofundamento da ZOPACAS⁶⁶, com vistas a contribuir para o fortalecimento das capacidades dos Estados costeiros daquele Golfo de prover a segurança marítima e a estabilidade na região. A cooperação mantida no âmbito da ZOPACAS estende-se a temas ambientais e de sustentabilidade. (BRASIL, 2017b: 35)

Outrossim, neste documento, também se destaca a relevância do continente Antártico:

Dada a forte influência do Continente Antártico sobre o Brasil, o País assinou o Tratado da Antártida em 1975 e realizou sua primeira operação em 1982. O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) coordenado pela Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e Ministério das Relações Exteriores, aprovado em janeiro de 1982 permitiu ao País ser aceito, já em 1983, como Parte consultiva do Tratado, o que denota o reconhecimento internacional da presença do Brasil na região antártica. A Marinha dispõe de meios navais capazes de realizar reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico na Antártica, além de operar a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), contando com o apoio da FAB. (BRASIL, 2017b:43)

Dessa forma, podemos observar que as tensões existentes no tempo do Barão do Rio Branco são diferentes quando comparadas em relação aos tempos atuais, tendo em vista que boa parte das beligerâncias existentes tornaram-se regimes de cooperação como o MERCOSUL e PROSUL, o imperialismo europeu existente no continente Africano deu lugar a um série de Estado independentes que hoje atuam em cooperação com o Brasil na ZOPACAS e CPLP, por exemplo, trazendo necessidades e oportunidades nas regiões supracitadas. No que tange à Marinha do Brasil, por ser a marinha mais proeminente do Atlântico Sul, recai sobre si a necessidade de contribuir para assegurar o tráfego seguro nas rotas marítimas desta área oceânica, bem como isto lhe concede a oportunidade de ser um relevante ator na PEB.

⁶⁶ Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Criada em 1986 pelas Nações Unidas, a ZOPACAS conta, atualmente, com 24 membros – África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

As transformações tecnológicas que revolucionaram os meios de comunicação no século XXI, sobretudo com a difusão da internet em todo o mundo e o advento das redes sociais, certamente é um fator disruptivo que tem produzido consequências em todos os espectros da sociedade, contudo, na época do Barão do Rio Branco há paralelos a serem considerados. A difusão da imprensa naquela época produziu efeitos análogos à época, porém com a diferença marcante de que o alcance era limitado aos círculos intelectuais. Podemos comparar a grande quantidade de revistas e jornais que surgiram na época, justamente com o que hoje seria as diversas plataformas de *streaming* ou canais em redes sociais, igualmente poderíamos traçar um direto paralelo quanto ao *boom* da profissão de jornalista, profissão decantada durante a juventude de Juca Paranhos, que hoje dão lugar aos *blogueiros* e *youtubers*, profissões estas ainda neófitas, mas que com o passar das décadas serão tão comuns e enraizadas na nossa sociedade e que ainda sofrerão certamente enquadramento éticos próprios de qualquer profissão. Sem embargo, há de se ressaltar que o alcance massivo, pulverização dos canais de comunicação, bem como quase onipresença da conectividade na sociedade atual trás inúmeros desafios para qualquer estadista, inclusive traçar leituras desses impactos nos campos da defesa e segurança, que permeavam as leituras do Barão do Rio Branco, mas que hoje passaram a se apresentar dentro de um conceito de conflito, sobretudo em função a velocidade dos fluxos de informação, cargas e pessoas, os três intimamente relacionados, que abrem oportunidade para a condução de uma *guerra híbrida*:

“Guerra Híbrida” é um conceito cada vez mais adotado para a definição de novos conflitos do século XXI, frequentemente chamados de “conflitos do futuro”, em que ações de combate convencional são aglutinadas, no tempo e no espaço, com operações de natureza irregular, de guerra cibernética e de operações de informação, dentre outras, com atores estatais e não-estatais, no ambiente real e informacional, incluindo as redes sociais. Sua natureza realça características dos conflitos contemporâneos e tornam a definição das missões das Forças Armadas muito mais complexa, dinâmica e sofisticada. (BRASIL, 2017c:9).

Após traçados os paralelos do passado com o presente, podemos analisar à luz do PNB como as intenções do Barão do Rio Branco para a esquadra de 1910, contrastadas com sua operabilidade alcançada em realidade, podem nos dar indícios de que algumas lições aprendidas com os erros passado estão presentes na condução da estratégia naval brasileira para o século XX. Dentre os programas que a Marinha do Brasil busca desenvolver e manter para o presente século, resalto aqui três deles: (1) o

PNM⁶⁷ e o PROSUB⁶⁸, (2) a capacidade expedicionária e (3) o SisGAAZ⁶⁹.

O PNM e o PROSUB, nos dias atuais, faz convergir dois eixos que estiveram desgastados na concepção da esquadra de 1910: O Barão do Rio Branco objetivava ter uma esquadra dissuasória contra a grandes potências da época, mas que ao mesmo tempo fosse uma esquadra em potência quando comparada às demais marinhas da América do Sul. Como apresentado anteriormente, o nível tecnológico dos navios adquiridos estava além do nível tecnológico brasileira e da capacidade técnica média dos recursos humanos existentes na Marinha do Brasil naquela época. É justamente o eixo da dissuasão e do nível tecnológico que foram engastados nos PNM/PROSUB. Há décadas a Marinha do Brasil em parceria com outros órgãos tem feito esforço hercúleo para o desenvolvimento de um reator termonuclear com dimensões adequadas para um submarino. Em que pese a possibilidade da utilização de motores diesel-elétricos em submarinos, a o reator termonuclear funcionaria como uma usina nuclear, gerando energia elétrica para os motores elétricos do submarino, esta combinação, por sua vez, seria capaz de diminuir a assinatura acústica do submarino e limitaria sua autonomia às necessidades apenas da tripulação, concedendo-lhe uma vantagem tática muito significativa sobre qualquer inimigo, ainda que ele possua uma esquadra mais poderosa. Estrategicamente, o poder de dissuasão de um submarino com propulsão nuclear seria muito benéfico para dissuadir qualquer potencial ameaça de buscar a guerra naval contra o Brasil, além de colocar nosso país em posição de exclusividade no Atlântico Sul por ser o único país da região dotado de tal tecnologia e capacidade bélica.

O desenvolvimento e manutenção da capacidade expedicionária une a renovação dos meios da esquadra, bem como o redimensionamento e modernização do CFN⁷⁰. Essa tipo de capacidade não encontra paralelos para a época do Barão do Rio Branco, posto que, a capacidade anfíbia não era algo visto com primordialmente relevante durante o períodos das guerras baseadas primordialmente no poder de fogo – *guerra de segunda geração* –, todavia, durante a crise do Acre, um dos principais problema enfrentados por Juca Paranhos fora a falta de prontidão dos meios navais e o logo tempo

⁶⁷ Programa Nuclear da Marinha.

⁶⁸ Programa de Desenvolvimento de Submarinos.

⁶⁹ Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul.

⁷⁰ Corpo de Fuzileiros Navais.

necessário para o emprego do Exército, dessa forma, podemos entender que a união da prontidão entre meios navais com uma tropa simbioticamente adaptada para o emprego a partir destes meios em exíguo tempo, isto era a capacidade que o Barão do Rio Branco almejava e que não era próprio do seu tempo. Para as ameaças potencialmente enfrentadas pelo país neste século, as quais torna latente a capacidade operar em níveis de conflito variáveis no amplo espectro, os meios navais mais adequados para atuação do conjugado anfíbio⁷¹ são os NPM⁷².

Navio de guerra dotado de convés de voo contínuo, hangar e instalações de apoio, capaz de lançar, recolher, abastecer e manter as aeronaves do seu GAE⁷³, e que também deverá ter característica anfíbia, com capacidade para transportar um GptOpFuzNav⁷⁴, devendo possuir capacidade de operar meios orgânicos para o seu desembarque por aeronaves e/ou embarcações. (ALVARENGA FILHO, 2018:75-76)

Exemplos de NPM adquiridos pela Marinha do Brasil são os NDM⁷⁵ Bahia e NAM⁷⁶ Atlântico, ambos navios quando utilizados com o conjugado anfíbio contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento e manutenção da capacidade expedicionária da marinha. Outrossim, a *Estratégia Nacional de Defesa* ressalta a preponderância do CFN para o cumprimento da tarefa do PNB de projetar de poder sobre terra:

A fim de garantir a capacidade de projeção de poder e ampliar a de controlar áreas marítimas, a Marinha deverá dispor de meios de **fuzileiros navais**, em **permanente condição de pronto emprego**, essenciais para a defesa de instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas, nas águas jurisdicionais brasileiras, **para atuar, tempestiva e eficazmente, em operações de guerra naval, em atividades de emprego de magnitude e permanência limitadas, em operações humanitárias e em apoio à política externa em qualquer região que configure cenário estratégico de interesse**. Nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as Operações Ribeirinhas. **O Corpo de Fuzileiros Navais, força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência**, constitui-se em parcela do Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil. (BRASIL, 2017d:27, grifo nosso)

⁷¹ Conjugado Anfíbio é capacidade de emprego conjunto em uma única força de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

⁷² Navios de Propósitos Múltiplos.

⁷³ Grupo Aéreo Embarcado.

⁷⁴ Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

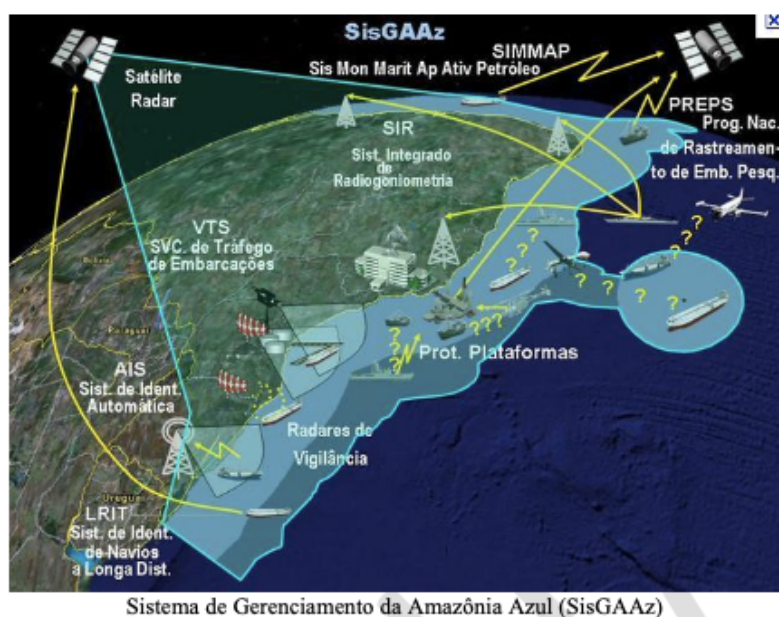
⁷⁵ Navio Doca Multipropósito.

⁷⁶ Navio Aeródromo Multipropósito.

Por último, o SisGAAz é um projeto para aumentar a capacidade de gerenciamento de controle das águas jurisdicionais brasileiras, que diante de seu vulto é um trabalho muito difícil de ser realizado apenas com os meios navais. A exploração ilegal de recursos econômicos da nossa ZEE⁷⁷, principalmente os pescados que são produtos de alto valor agregado, além novos tipos de ameaças de grande impacto como é o caso dos danos ambientais, tem reforçado a necessidade do amplo monitoramento da Amazônia Azul. No ano 2019, por exemplo, o crime ambiental oriundo do derramamento de óleo que causou graves consequências ambientais no litoral brasileiro e forte impacto econômico, principalmente para o setor do turismo brasileiro, fez reforçar a necessidade desse projeto:

O crime ambiental que afetou a costa brasileira do Nordeste e Sudeste, desde 30 de agosto de 2019, é inédito e sem precedentes na nossa história, por ter ocorrido sem que o responsável tenha se apresentado voluntariamente e, também, prestado apoio para conter o derramamento de óleo.(...) O derramamento de óleo ocorrido ano passado traz ensinamentos para evitar que tal crime ambiental volte a acontecer. Há necessidade premente de investir no aprimoramento do monitoramento dos navios que transitam nas águas jurisdicionais brasileiras e nas suas proximidades, especificamente o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), com a melhoria de sistemas de apoio à decisão e a aquisição/instalação de radares de médio/longo alcance.⁷⁸

Figura 2: SisGAAz



Fonte: Livro Branco de Defesa Nacional (2017)

⁷⁷ Zona Econômica Exclusiva.

⁷⁸ Nota da Marinha do Brasil sobre o combate ao derramamento de óleo ocorrido em 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/combate-ao-oleo/sobre>.

Destarte, a implementação do SisGAaz permitiria a ampliação da consciência situacional marítima e contribuiria para a queda da probabilidade da ocorrência de crimes ambientais ou violações de direitos exclusivos do Brasil em suas águas jurisdicionais, além de permitir mais controle e fiscalização das embarcações que adentrarem estas águas, dessa forma, auxiliaria também no combate a outros crimes como o tráfico e a pirataria. Embora esse tipo de iniciativa também não guarde precedentes com as possibilidades que o Barão do Rio Branco possuía para o PBN, ela flerta com o conceito *mahaniano*, que muito influenciara o Barão, de ser capaz de fazer-se presente nas regiões oceânicas distantes do litoral.

Por fim, podemos olhar para este trabalho e perceber o quanto a história do Brasil está intimamente ligada ao mar. Desde o perfeito casamento ter o PNP e a PEP da época das grandes navegações, bem como pelos séculos seguintes, nosso país tem sido produto dos acontecimentos marítimos ao seu redor. Tornamo-nos a única monarquia entre repúblicas por fatos históricos escritos no mar, grafamos nossa independência nos anais da história principalmente pela capacidade da nascente Marinha Imperial e durante o período monárquico duas grandes questões estratégicas sempre permearam dos debates da PEB: a questão da livre navegação na bacia do Prata e do Amazonas. Grandes estadistas como o Visconde do Uruguai e o Visconde do Rio Branco encarnaram a forte mentalidade marítima que era comum entre as elites do império, mas também era algo presente na população em função da escassez das linhas de comunicações terrestres. Com os conflitos entre a Marinha e o Exército que ficaram conhecidos com a *revolta da armada*, a Marinha perdeu muitos meios flutuantes e suas principais lideranças, bem o Exército passou a exercer um protagonismo crescente dentro da esfera do Estado. A mentalidade marítima foi parcialmente resgatada como o Barão do Rio Branco pelo seu entendimento que a Marinha é um instrumento por excelência para a PEB, dessa forma, ele foi um dos grandes fiadores de capital político para a potencialização da esquadra brasileira. Muito embora não tenha sido diretamente decisivo na quantidade e tipo de meios flutuantes adquiridos pelo à época, dificilmente qualquer projeto teria saído do papel sem o apoio daquele que foi o Chanceler brasileiro por uma década. Importante ressaltar, que, ainda que a mentalidade marítima fosse um passado recente, os debates parlamentares para a aquisição dos meios navais propostos pelo programa navais de 1904, do Almirante Júlio de Noronha, e pelo programa naval de 1906, do Almirante Alexandrino de Alencar, já naquela época tais debates foram o

prelúdio da ausência da consciência marítima, de maneira geral, nos principais nichos da sociedade, tendo em vista que os meios adquiridos foram praticamente aqueles propostos pelos chefes navais. Erros podem ser apontados na aquisição daqueles meios, por outro lado também, pode conjecturar que assim foram adquiridos porque estavam entre as melhores decisões possíveis para o ambiente que aquela época propiciava, contudo, o fato é que a *revolta da chibata* e suas raízes profundas enterrou precocemente o poderio bélico que os *encouraçados Minas Gerais* e *São Paulo* poderia garantir para a Marinha do Brasil, além de serem proeminentes instrumentos para a PEB à época. O século XXI traz a oportunidade de resgatarmos a mentalidade marítima tão marcante em nossa história desde o tempo em erámos parte de Portugal, posto que a interiorização e capilaridade em ter os centros de poder e os rincões do território brasileiro estão estabelecidos de maneira razoável, bem como uma série de projetos estratégicos navais bem elaborados, como o PNM, PROSUB, o incremento da capacidade de projetar poder sobre terra e o SisGAAZ, poderão ser os fiadores do controle positivo do Brasil sobre as vastidão marítima caracterizada pela Amazônia Azul. A ameaças híbridas, bem como a necessidade de pronta resposta, colocam a Marinha do Brasil em uma posição privilegiada para se fazer instrumento da PEB. Assim pudemos observar nas missões de paz da MINUSTAH⁷⁹ e UNIFIL⁸⁰, bem como em exercícios conjuntos visando a neutralização de ameaças como a pirataria (GUINEX I).

Destarte, o objetivo desse estudo foi analisar o período histórico em que o Barão do Rio Branco esteve a frente da chancelaria brasileira, observando principalmente a sua influência na reconstrução do PBN a fim de que fosse instrumentalizado, em parte, para o suporte à PEB proposta pelo excelso diplomata. Ainda nessa análise, buscamos observar os fatos que envolveram a aquisição e a escolha dos meios da esquadra de 1910, bem como as consequências e disparidades entre sua concepção e seu desempenho real nos campos da defesa e suporte à PEB. Por fim, outro objetivo elencado foi traçar uma lógica comparativa entre o período objeto do estudo e a contemporaneidade para que pudéssemos extrair lições potencialmente aplicáveis na coadunação da PEB e do PNB no presente século.

Na introdução foi exposto como a tradição herdada de Portugal, cuja Política Externa e Poder Naval foram indissociáveis na história, tradição essa que, no período

⁷⁹ Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti.

⁸⁰ Força interina das Nações Unidas no Líbano.

imperial, fomentou uma mentalidade marítima nos principais estadistas daquele tempo – o *Visconde do Uruguai* e o *Visconde do Rio Branco* –, além de estabelecer uma escola de pensamento diplomático realista para a inserção do Brasil no cenário internacional. Foi também abordada a influência do período e das personagens acima sobre a formação intelectual e do caráter do Barão do Rio Branco, personalidade que protagoniza este estudo.

No Capítulo 1 foi apresentada a base teórica para o emprego o Poder Militar como instrumento político, segundo Raymond Aron, bem como foi contextualizado o ambiente internacional e nacional no qual o Barão do Rio Branco estava inserido. Além disso, foi pontuada a preocupação que o diplomata possuía com o fortalecimento das FFAA para que pudessem ser instrumentos à disposição do Estado no concerto entre as Nações.

No Capítulo 2 abordamos as características intrínsecas ao Poder Naval e elencamos capacidades que os *encouraçados da classe Dreadnought* poderia conferir na guerra naval, bem como a complexidade de construir ou comprar meios navais adequados, vislumbrando a manutenção continuada dos meios e a capacidade técnica da tripulação. Observamos ainda as condições que envolveram a aquisição da esquadra de 1910, as características da Marinha quanto ao seu inter-relacionamento com as camadas mais expoentes da sociedade, as concepções doutrinárias sobre as quais a esquadra seria lastreada quanto as suas hipóteses de emprego, bem como as deficiências que a Marinha enfrentava no início do século XX. Foram apresentadas as características dos meios navais utilizados à época – *encouraçados, cruzadores, destroyers, torpedeiros, contra-torpedeiros e submarinos* –, considerações sobre do programa naval de Júlio de Noronha, considerações sobre o programa naval de Alexandrino de Alencar, o dilema entre o desenvolvimento endógeno de material bélico ou sua aquisição no exterior e a real destino que teve a esquadra de 1910 após a *revolta da chibata*. Por fim, neste capítulo, foi abordada a verdadeira influência que o Barão do Rio Branco exerceu para que a esquadra brasileira fosse potencializada, seu esforço político para que o Brasil detivesse meios navais compatíveis com as ambições de sua PEB, bem como até em que ponto foi capaz de exercer influência sobre os chefes navais quanto à material flutuante a ser adquirido e seu método de aquisição.

Na conclusão, foram feitas comparações entre o cenário internacional em que o Brasil estava inserido no início do século XX e no início do século XXI, elencando-se três pontos principais análogos: o surgimento da uma nova grande potência, pontos de

beligerância entre os países da América do Sul e profunda transformação nos meios de comunicação. Também foram feitas conjecturas a partir dos projetos estratégicos elaborados pelo Estado brasileiro, elencando três principais projetos para a Marinha: o desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear, o incremento da capacidade de projetar poder sobre terra e o SisGAAz. Por fim, foi feita uma síntese geral do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. 1ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. **Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. **A esfinge e o tridente: Rio-Branco, grande estratégia e o programa de reaparelhamento naval (1904-1910) na primeira República**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ALVARENGA FILHO, José Vicente de. **A importância dos navios de propósitos múltiplos para o poder naval no século XXI**. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

BARBOSA, Rui. **Cartas da Inglaterra**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-305. **Doutrina Militar Naval**. 2017a.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2017d.

_____. **Livro branco de defesa nacional**. 2017b.

_____. **Política Nacional de Defesa**. 2017c.

CARMO, William Cesar. De como a Rússia chegou aos mares. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 20-44, mai. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

KISSINGER, Henry. **World order**. Nova Iorque: Penguin books, 2014.

_____. **On China**. Nova Iorque: Penguin books, 2012.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783**. Londres: Methuen & Co. Ltd., 1965.

MARTINS, Coletânea Helio Leoncio. **Revista Marítima Brasileira**, v. 137, suplemento, 2017.

_____. **A Revolta dos Marinheiros, 1910**. São Paulo : Editora Nacional; Rio de Janeiro : Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Marinha Brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910. Tecnologia, Forças Armadas e política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. 3ª ed. emendada, Lisboa: Viuva Bertrand, 1882.

MARTINI, Fernando Ribas de. **Construir navios é preciso, persistir não é preciso – a construção naval militar no Brasil entre 1850-1910, na esteira da revolução industrial**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PARET, Peter. **Markers of modern strategy**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil nação: 1808-2010, Vol. 1, crise colonial e independência 1808-1830**. Rio de Janeiro: Mapfre e Ed. Objetiva, 2011.

SANTOS, Luiz Claudio Villafañe G. O Barão do Rio Branco e a geração de 1870. In: PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória**. Brasília: FUNAG, 2012.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2018.

TILL, Geoffrey. **Sea Power, a guide for the twenty-first century**. 2ª ed. Nova Iorque: Routledge, 2009.

VIDIGAL, Coletânea Armando Amorim Ferreira. **Revista Marítima Brasileira**, v. 138, suplemento, 2018.